

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	10
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	11

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	77
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	78
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	79
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	80
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.716.815.061
Preferenciais	0
Total	2.716.815.061
Em Tesouraria	
Ordinárias	4.108.300
Preferenciais	0
Total	4.108.300

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	12/12/2018	Juros sobre Capital Próprio	11/03/2019	Ordinária		0,06097
Reunião do Conselho de Administração	29/01/2019	Dividendo	11/03/2019	Ordinária		0,26140
Reunião do Conselho de Administração	20/03/2019	Juros sobre Capital Próprio	27/06/2019	Ordinária		0,05447
Reunião do Conselho de Administração	08/05/2019	Dividendo	27/06/2019	Ordinária		0,07996
Reunião do Conselho de Administração	24/06/2019	Juros sobre Capital Próprio	27/09/2019	Ordinária		0,04942
Reunião do Conselho de Administração	23/07/2019	Dividendo	27/09/2019	Ordinária		0,00265
Reunião do Conselho de Administração	23/07/2019	Juros sobre Capital Próprio	27/09/2019	Ordinária		0,00074

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	89.874.681	81.757.466
1.01	Ativo Circulante	77.164.469	69.295.486
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.731	127.664
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.257.634	7.171.122
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	9.257.634	7.171.122
1.01.02.01.03	Fundos de investimento em direitos creditórios	9.198.393	7.171.122
1.01.02.01.04	Instrumentos financeiros derivativos	59.241	0
1.01.03	Contas a Receber	67.809.684	61.937.090
1.01.03.01	Clientes	67.502.876	61.817.881
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	67.502.876	61.817.881
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	306.808	119.209
1.01.03.02.01	Contas a Receber com Partes Relacionadas	120.394	19.457
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	98.738	46.176
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	87.676	53.576
1.01.06	Tributos a Recuperar	75.420	59.610
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	75.420	59.610
1.02	Ativo Não Circulante	12.710.212	12.461.980
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.549.067	2.558.595
1.02.01.04	Contas a Receber	26.640	20.325
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	26.640	20.325
1.02.01.07	Tributos Diferidos	894.174	914.047
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	894.174	914.047
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.628.253	1.624.223
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.628.253	1.624.223
1.02.02	Investimentos	8.837.810	8.959.143
1.02.03	Imobilizado	840.497	523.853
1.02.04	Intangível	482.838	420.389

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	89.874.681	81.757.466
2.01	Passivo Circulante	71.044.233	64.662.074
2.01.02	Fornecedores	67.280.636	62.852.953
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	67.280.636	62.852.953
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a estabelecimentos	55.453.199	52.878.277
2.01.02.01.03	Fornecedores	422.121	548.925
2.01.02.01.04	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	11.405.316	9.425.751
2.01.03	Obrigações Fiscais	95.412	339.720
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.358.118	1.032.941
2.01.05	Outras Obrigações	310.067	436.460
2.01.05.02	Outros	310.067	436.460
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	108.393	140.687
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	28.534	75.692
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	173.140	220.081
2.02	Passivo Não Circulante	9.532.494	7.731.122
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.815.758	5.265.627
2.02.02	Outras Obrigações	891.869	710.263
2.02.04	Provisões	1.824.867	1.755.232
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.824.867	1.755.232
2.02.04.01.05	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	1.824.867	1.755.232
2.03	Patrimônio Líquido	9.297.954	9.364.270
2.03.01	Capital Social Realizado	5.700.000	5.700.000
2.03.02	Reservas de Capital	17.992	20.677
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-56.372	-50.578
2.03.02.07	Reserva de Capital	74.364	71.255
2.03.04	Reservas de Lucros	3.584.051	3.583.971
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-4.089	59.622

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.254.082	4.010.155	1.568.911	4.820.725
3.01.01	Receita Operacional	1.395.523	4.463.187	1.747.844	5.405.009
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-141.441	-453.032	-178.933	-584.284
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-641.374	-1.897.836	-622.001	-1.870.111
3.03	Resultado Bruto	612.708	2.112.319	946.910	2.950.614
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-285.589	-881.577	-180.636	-432.643
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-285.589	-881.577	-180.636	-432.643
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-128.936	-368.991	-94.675	-275.338
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-76.315	-240.859	-65.818	-192.802
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-62.222	-191.654	-73.966	-201.403
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-84.515	-268.227	-82.323	-189.990
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	66.399	188.154	136.146	426.890
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	327.119	1.230.742	766.274	2.517.971
3.06	Resultado Financeiro	111.541	468.460	206.608	628.581
3.06.01	Receitas Financeiras	273.004	851.704	292.999	913.619
3.06.01.01	Receitas Financeiras	14.188	29.758	32.218	116.210
3.06.01.02	Resultado com aquisição de recebíveis e FIDC	260.776	795.268	345.356	1.175.760
3.06.01.03	Variação cambial, Líquida	-1.960	26.678	-84.575	-378.351
3.06.02	Despesas Financeiras	-161.463	-383.244	-86.391	-285.038
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-161.463	-383.244	-86.391	-285.038
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	438.660	1.699.202	972.882	3.146.552
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-80.597	-361.455	-232.103	-764.134
3.08.01	Corrente	-56.256	-338.720	-330.377	-765.510
3.08.02	Diferido	-24.341	-22.735	98.274	1.376
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	358.063	1.337.747	740.779	2.382.418
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	358.063	1.337.747	740.779	2.382.418
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.99.01.01	ON	0,13184	0,49314	0,27245	0,87775
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,13164	0,49242	0,27218	0,87688

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	358.063	1.337.747	740.779	2.382.418
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-65.943	-63.711	-24.594	-110.837
4.02.01	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior	-65.943	-58.155	-24.594	-110.837
4.02.04	Benefícios pós emprego	0	-5.556	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	292.120	1.274.036	716.185	2.271.581

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.074.005	331.426
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.638.729	2.629.056
6.01.01.01	Lucro antes do IR e da CS	1.699.202	3.146.552
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	251.217	282.398
6.01.01.03	Constituição de provisão para perdas com imobilizado	9.661	2.855
6.01.01.04	Custo residual de imobilizado e intangível baixados	9.393	0
6.01.01.05	Opções de ações outorgadas	20.144	17.752
6.01.01.09	Perdas com créditos incobráveis e fraude	219.189	106.378
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	79.097	9.731
6.01.01.12	Juros sobre empréstimos e financiamentos	309.543	306.599
6.01.01.13	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	83.961	562.515
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	-188.154	-426.890
6.01.01.15	Resultados não realizados com derivativos	-30.707	-180.303
6.01.01.16	Rendimento de participação no FIDC	-834.051	-1.233.331
6.01.01.18	Amortização de custos de emissão de dívidas	6.378	941
6.01.01.19	Ajuste de marcação a mercado (MTM)	3.856	33.859
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.072.892	-1.268.232
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	-5.733.952	4.499.127
6.01.02.02	Contas a Receber com partes relacionadas	-100.937	-20.241
6.01.02.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	4.063	122.144
6.01.02.04	Outros valores a receber (circulante e não circulante)	-229.109	-5.696
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-4.030	-11.736
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	2.574.922	-4.628.124
6.01.02.10	Contas a Pagar com partes relacionadas	1.979.565	-1.141.549
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante e Não Circulante)	-233.952	-129.643
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-9.462	-11.963
6.01.02.14	Impostos e Contribuições a Recolher	-244.308	-76.888
6.01.02.15	Instrumentos financeiros derivativos	-75.692	136.337
6.01.03	Outros	-639.842	-1.029.398
6.01.03.02	Juros Pagos	-315.529	-391.757
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-324.313	-637.641
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.430.166	1.948.280
6.02.01	"Aumento de Capital em Controladas, ""Joint Ventures"" e coligada"	-18.114	-135.000
6.02.02	Aquisição de cotas de FIDC	-4.783.817	0
6.02.03	Resgate de cotas de FIDC	3.590.597	2.001.277
6.02.04	Dividendos recebidos de Controladas	413.209	394.053
6.02.05	Adições ao imobilizado e intangível, Líquido da Provisão	-632.041	-312.050
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.398.238	-5.157.582
6.03.01	Aquisição de Ações em Tesouraria	-22.829	-20.127
6.03.02	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	17.035	23.474
6.03.03	Captação de Empréstimos	13.594.538	1.000.000
6.03.04	Pagamento de principal de empréstimos	-9.774.731	-3.033.944
6.03.06	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Pagos	-1.383.067	-3.126.985

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.03.08	Custos incorridos sobre emissão de dívidas	-32.708	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-105.933	-2.877.876
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	127.664	3.909.521
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.731	1.031.645

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.700.000	20.677	3.583.971	0	59.622	9.364.270
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.700.000	20.677	3.583.971	0	59.622	9.364.270
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-2.685	-1.337.667	0	0	-1.340.352
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-22.829	0	0	0	-22.829
5.04.09	Opção de ações/ações restritas outorgadas reconhecidas	0	20.144	0	0	0	20.144
5.04.11	Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios pagos	0	0	-709.500	0	0	-709.500
5.04.12	Dividendos mínimos obrigatórios Pagos	0	0	-224.167	0	0	-224.167
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Adicionais aos Mínimos Obrigatórios Pagos	0	0	-126.809	0	0	-126.809
5.04.14	Juros sobre Capital Próprio Mínimos Obrigatórios Pagos	0	0	-157.091	0	0	-157.091
5.04.17	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-120.100	0	0	-120.100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.337.747	0	-63.711	1.274.036
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.337.747	0	0	1.337.747
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-63.711	-63.711
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-58.155	-58.155
5.05.02.08	Benefícios pós emprego	0	0	0	0	-5.556	-5.556
5.07	Saldos Finais	5.700.000	17.992	3.584.051	0	-4.089	9.297.954

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.700.000	8.695	5.293.153	0	149.019	10.150.867
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.700.000	8.695	5.293.153	0	149.019	10.150.867
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	5.672	-3.961.285	0	0	-2.955.613
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-20.127	0	0	0	-20.127
5.04.09	Opção de ações/ações restritas outorgadas reconhecidas	0	17.752	0	0	0	17.752
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações	0	8.047	0	0	0	8.047
5.04.11	Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios pagos	0	0	-2.279.512	0	0	-2.279.512
5.04.12	Dividendos Propostos Pagos	0	0	-216.773	0	0	-216.773
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	0	-312.500	0	0	-312.500
5.04.14	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-152.500	0	0	-152.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	2.382.418	0	-110.837	2.271.581
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	2.382.418	0	0	2.382.418
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-110.837	-110.837
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-110.837	-110.837
5.07	Saldos Finais	5.700.000	14.367	3.714.286	0	38.182	9.466.835

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	4.243.998	5.247.479
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.463.187	5.405.009
7.01.02	Outras Receitas	-219.189	-157.530
7.01.02.01	Perdas com Créditos Incobráveis e fraude	-219.189	-157.530
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.119.276	-1.919.085
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.540.710	-1.441.867
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-529.528	-444.758
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-17.027	-926
7.02.04	Outros	-32.011	-31.534
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.124.722	3.328.394
7.04	Retenções	-251.217	-282.397
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-251.217	-282.397
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.873.505	3.045.997
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.038.999	1.339.075
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	188.154	426.890
7.06.02	Receitas Financeiras	850.845	912.185
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.912.504	4.385.072
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.912.504	4.385.072
7.08.01	Pessoal	327.634	281.700
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	856.330	1.395.644
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	390.793	325.310
7.08.03.03	Outras	390.793	325.310
7.08.03.03.01	Despesas com juros e alugueis incorridos	390.793	325.310
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.337.747	2.382.418
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	404.000	465.000
7.08.04.02	Dividendos	224.167	1.437.500
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	709.580	479.918

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS

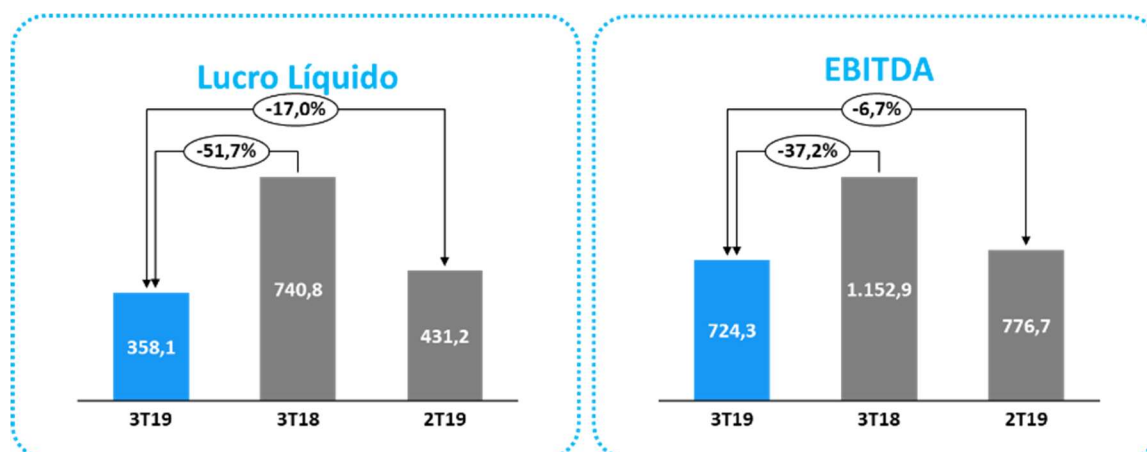
Apresentamos o Comentário do Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias da Cielo S.A. (“Controladora” ou “Cielo”) e de suas controladas (denominadas em conjunto “Grupo”), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, acompanhados do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais (ITR) dos nossos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e Consolidadas foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aqui denominadas em conjunto como “COSIF”, e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As informações contábeis consolidadas contemplaram os saldos das contas da Cielo (Controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag, Cielo USA, Cateno e Aliança e das controladas indiretas Stelo (em setembro de 2018, houve a aquisição do controle da Stelo, por meio da controlada Aliança), Merchant e-Solutions (“Me-S”) e M4Produtos (aqui denominada, em conjunto com a Multidisplay, como “M4U”). O resultado das controladas em conjunto Orizon e Paggo (esta última sem atividades operacionais), foram reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Quando necessário, essas informações contábeis foram ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo foram eliminadas integralmente nas informações contábeis consolidadas.

DESTAQUES 3T19

- O Volume Financeiro da Cielo de transações totalizou R\$ 171,7 bilhões, aumento de 4,4% ou R\$ 7,2 bilhões em relação ao 2T19 e aumento de 11,6% ou R\$ 17,8 bilhões em relação ao 3T18;
- A Receita Líquida consolidada totalizou R\$ 2.799,8 milhões, em linha com o trimestre anterior e redução de 5,5% ou R\$ 162,4 milhões em relação ao 3T18;
- A receita de aquisição de recebíveis (ARV), líquida dos tributos, totalizou R\$ 291,1 milhões, representando um aumento de 0,7% em relação ao 2T19 e redução de 17,2% em relação ao 3T18. O produto ARV atingiu 16,8% sobre o volume financeiro de crédito capturado pela Cielo no trimestre, redução de 0,9 ponto percentual em relação ao 2T19 e de 1,7 ponto percentual em relação ao 3T18;
- Os gastos totais consolidados (custos e despesas) totalizaram R\$ 2.357,3 milhões, aumento de 3,5% ou R\$ 78,7 milhões em relação ao 2T19 e aumento de 15,0% ou R\$ 307,7 milhões em relação ao 3T18;
- O Lucro Líquido Cielo totalizou R\$ 358,1 milhões, redução de 17,0% ou R\$ 73,1 milhões em relação ao 2T19 e redução de 51,7% ou R\$ 382,7 milhões em relação ao 3T18; e
- O EBITDA consolidado totalizou R\$ 724,3 milhões, redução de 6,7% ou R\$ 52,4 milhões em relação ao 2T19 e redução de 37,2% ou R\$ 428,6 milhões em relação ao 3T18.



Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL 3T19

Volume Financeiro de Transações

Comparativo Trimestral

No 3T19, o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$ 171,7 bilhões, representando um aumento de 4,4% ou R\$ 7,2 bilhões, quando comparado aos R\$ 164,5 bilhões capturados no 2T19 e um aumento de 11,6% ou R\$ 17,8 bilhões, em comparação aos R\$ 153,9 bilhões do 3T18.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro totalizou R\$ 104,7 bilhões no 3T19, apresentando aumento de 4,9% em relação ao 2T19 e um aumento de 16,4% em relação ao 3T18.

Na modalidade débito, o volume financeiro totalizou R\$ 67,0 bilhões no 3T19, um aumento de 3,7% em comparação ao 2T19 e de 4,8% em relação ao 3T18.

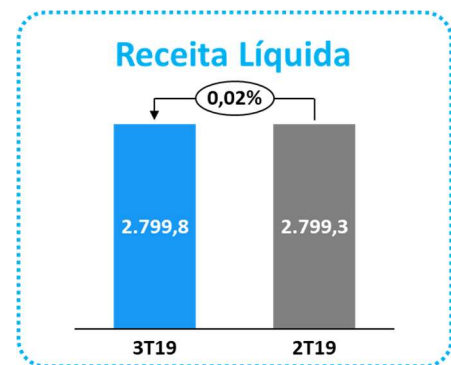
Adicionalmente, a Cielo capturou 1.783,1 milhões de transações no 3T19, um acréscimo de 2,4% em relação ao 2T19 e de 5,5% em relação ao 3T18.

DESEMPENHO FINANCEIRO 3T19

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 30 DE JUNHO DE 2019

Receita Líquida

Comparativo Trimestral



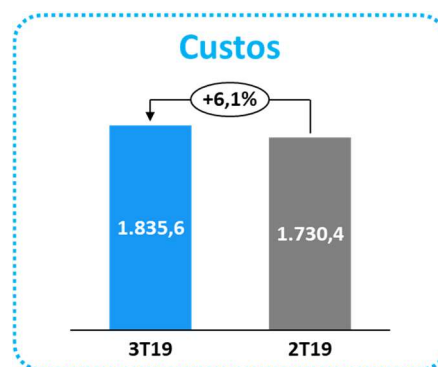
A receita líquida consolidada totalizou R\$ 2.799,8 milhões no 3T19, em linha com a receita do 2T19 de R\$ 2.799,3 milhões.

O aumento da receita líquida é proveniente do crescimento da modalidade de pagamento em 2 dias e do impacto positivo do aumento no volume capturado pela Cielo e Stelo (receita de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações), da expansão dos negócios de venda de recarga virtual na controladas M4U, do crescimento nas receitas com Arranjo Ourocard na Cateno e da apreciação do dólar médio nas receitas da Me-S. Esse aumento foi parcialmente compensado pela pressão nos preços das receitas de comissão e de aluguéis de terminais de captura na Cielo, devido ao ambiente competitivo.

Comentário do Desempenho

Custos dos Serviços Prestados

Comparativo Trimestral



O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 1.835,6 milhões no 3T19, representando um aumento de R\$ 105,2 milhões, ou 6,1% em comparação ao 2T19. O acréscimo decorre sobretudo pelos seguintes eventos:

- (i) Aumento líquido de R\$ 44,0 milhões em **custos vinculados aos equipamentos e outros da Cielo e da Stelo**, correspondente a maiores gastos com subsídios na venda de terminais de captura, da depreciação de terminais de captura devido aos investimentos em compras de novos equipamentos no final do 2T19 e concentração de serviços de TI para projetos no 3T19;
- (ii) Os **custos relacionados à transação na Cielo e Stelo** se mantiveram em linha com o trimestre anterior, com redução de R\$ 2,3 milhões em relação ao 2T19, resultado de ações de eficiência em gastos aplicados pela Companhia;
- (iii) Aumento líquido de R\$ 27,5 milhões nos **custos com serviços prestados na controlada M4U**, diretamente relacionado ao crescimento nas vendas de recarga de celular virtual;
- (iv) Aumento líquido de R\$ 18,1 milhões nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno**, na maior parte relacionado ao aumento nos gastos de impressão e postagem de faturas e gastos nas centrais de atendimento, devido ao aumento na volumetria de emissão de cartões e atendimento; e
- (v) Aumento líquido de R\$ 10,3 milhões nos **custos dos serviços prestados na controlada americana Me-S**, impacto principalmente pela apreciação do dólar médio no período.

Despesas Operacionais

Comparativo Trimestral



As despesas operacionais totalizaram R\$ 518,9 milhões no 3T19, apresentando uma redução de R\$ 26,9 milhões ou 4,9%, em relação ao 2T19. A redução decorre dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal se mantiveram em linha com o trimestre anterior, de R\$ 181,7 milhões no 2T19 para R\$ 182,2 milhões no 3T19.

Despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação - As despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação, se mantiveram em linha com o trimestre anterior, de R\$ 110,8 milhões no 2T19 para R\$ 110,5 milhões no 3T19.

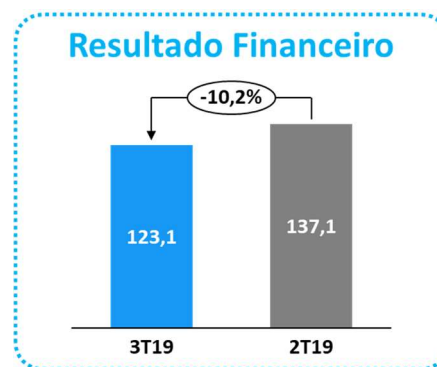
Comentário do Desempenho

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$ 32,1 milhões ou 20,7%, para R\$ 122,8 milhões no 3T19, comparadas com os R\$ 154,9 milhões no 2T19. A redução decorre principalmente da concentração de gastos com produção de campanhas no 2T19 e menores gastos com ações comerciais com parceiros na Cielo no 3T19.

Outras despesas operacionais líquidas, incluindo contingências - As outras despesas operacionais líquidas, incluindo contingências, aumentaram R\$ 5,4 milhões ou 5,1%, para R\$ 106,2 milhões no 3T19, comparadas com os R\$ 100,8 milhões no 2T19. O acréscimo está relacionado substancialmente às perdas por contestações e créditos incobráveis na controlada Cateno.

Resultado Financeiro

Comparativo Trimestral



O resultado financeiro totalizou R\$ 123,1 milhões no 3T19, representando uma redução de 10,2% ou R\$ 14,0 milhões em relação ao 2T19, que obteve um resultado de R\$ 137,1 milhões. O decréscimo ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras aumentaram R\$ 3,6 milhões ou 7,3%, para R\$ 52,2 milhões no 3T19, comparadas com os R\$ 48,6 milhões no 2T19.

Despesas financeiras - As despesas financeiras aumentaram R\$ 22,7 milhões ou 11,6%, para R\$ 218,3 milhões no 3T19, comparadas com os R\$ 195,6 milhões no 2T19. O acréscimo está sobretudo relacionado ao aumento no endividamento médio da Cielo, representado especialmente pela emissão de debêntures públicas em junho de 2019 e por contratações de linhas de crédito de curto prazo, cujos recursos foram utilizados para fomento da operação do ARV.

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) - A receita de aquisição de recebíveis (ARV), líquida dos tributos, totalizou R\$ 291,1 milhões no 3T19, apresentando um aumento de R\$ 2,1 milhões ou 0,7%, quando comparada com os R\$ 289,0 milhões no 2T19, sem variação relevante no período.

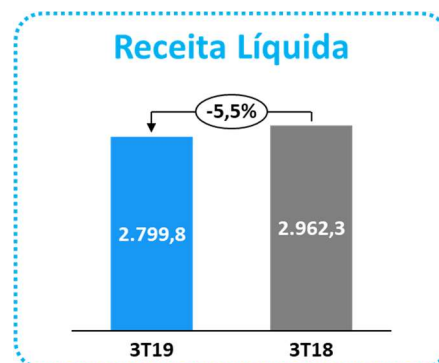
Variação Cambial, líquida - A variação cambial líquida totalizou R\$ 1,9 milhão de perda no 3T19, representando uma variação de R\$ 3,0 milhões, quando comparada a perda de R\$ 4,9 milhões no 2T19, sem variação relevante no período.

Comentário do Desempenho

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 30 DE SETEMBRO DE 2018

Receita Líquida

Comparativo Trimestral

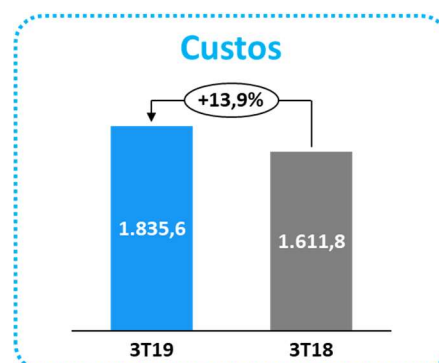


A receita líquida da Cielo consolidada totalizou R\$ 2.799,8 milhões no 3T19, representando um redução de 5,5% ou R\$ 162,5 milhões, quando comparada aos R\$ 2.962,3 milhões no 3T18.

O decréscimo das receitas líquidas consolidadas é resultado da redução nas receitas provenientes de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações e nas receitas de aluguel de terminais de captura na Cielo, impactadas pela pressão nos preços médios decorrente do ambiente competitivo e pelo aumento do *business* de venda de soluções de captura. Essa redução foi parcialmente compensada, na Cielo, pelo crescimento no volume capturado de transações, da base de clientes ativos e das receitas na modalidade de pagamento em 2 dias, bem como pela expansão dos negócios das controladas M4U e pelo da consolidação da controlada Stelo a partir do 4T18.

Custos dos Serviços Prestados

Comparativo Trimestral



O **custo dos serviços prestados** totalizou R\$ 1.835,6 milhões no 3T19, representando um aumento de R\$ 223,8 milhões ou 13,9%, quando comparado aos R\$ 1.611,8 milhões realizado no mesmo trimestre do exercício anterior. O aumento decorre dos seguintes eventos:

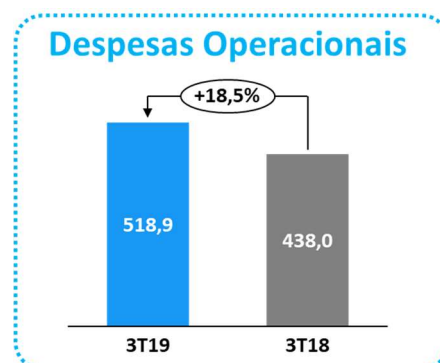
- (i) Aumento de R\$ 38,3 milhões nos **custos relacionados a equipamentos e outros custos na Cielo e Stelo**, substancialmente relacionado a gastos com subsídios na venda de terminais de captura na Stelo no 3T19, considerando que essa controlada não era consolidada no 2T19;
- (ii) Aumento de R\$ 44,1 milhões nos **custos relacionados à transação na Cielo e da Stelo**, diretamente relacionado ao acréscimo do volume de transações capturadas e de chamadas de atendimento, impactando as rubricas de *fees* de bandeiras, processamento de transações e centrais de atendimento, compensado parcialmente pela aumento do créditos fiscais sobre insumos no período. Além disso, tivemos o impacto do início da consolidação dos custos da controlada Stelo a partir do 4T18;
- (iii) Aumento de R\$ 125,4 milhões nos **custos com serviços prestados pelas controladas M4U**, diretamente relacionado à aquisição créditos de telefonia celular para revenda (“recarga online”);

Comentário do Desempenho

- (iv) Aumento líquido de R\$ 22,1 milhões nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno**, relacionado ao acréscimo nos gastos com *fees* de bandeiras, centrais de atendimento e impressão e postagem de faturas, compensado parcialmente pela aumento do créditos fiscais sobre insumos no período.

Despesas Operacionais

Comparativo Trimestral



As despesas operacionais totalizaram R\$ 518,9 milhões no 3T19, apresentando um aumento de R\$ 80,9 milhões ou 18,5% quando comparadas com R\$ 438,0 milhões no 3T18. O aumento ocorreu em decorrência dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R\$ 42,9 milhões ou 30,8%, para R\$ 182,2 milhões no 3T19, comparadas com os R\$ 139,3 milhões no 3T18. O aumento decorre, sobretudo, pela contratação de novos colaboradores para a força comercial da Cielo, bem como do início da consolidação da controlada Stelo a partir do 4T18.

Despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação - As despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação aumentaram R\$ 28,8 milhões ou 35,2%, para R\$ 110,5 milhões no 3T19, comparadas com os R\$ 81,7 milhões no 3T18. O acréscimo está relacionado à consolidação da controlada Stelo a partir do 4T18 (após aquisição do controle societário), aos maiores gastos com contratação de serviços profissionais em projetos estratégicos, despesas administrativas incorridas com a força comercial, ambos na Cielo, e gastos com consultoria da Me-S.

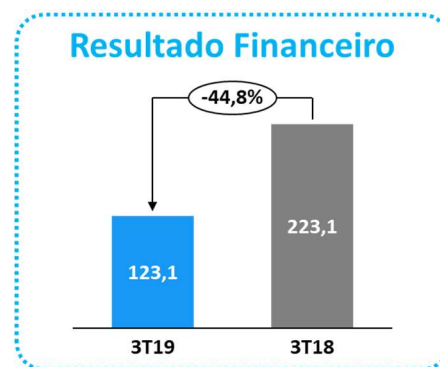
Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$ 15,6 milhões ou 11,2%, para R\$ 122,8 milhões no 3T19, comparadas com os R\$ 138,3 milhões no 3T18. O decréscimo decorre substancialmente de menores gastos com ações de vendas com parceiros e com a força comercial terceirizada da Cielo, compensado parcialmente por maiores investimentos em campanhas de mídia no 3T19.

Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas, incluindo contingências, aumentaram R\$ 27,7 milhões ou 35,4%, para R\$ 106,2 milhões no 3T19, comparadas com os R\$ 78,5 milhões no 3T18. A variação basicamente se refere ao aumento de perdas com contestações e créditos incobráveis na Cielo e na Cateno no 3T19.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Comparativo Trimestral



O resultado financeiro totalizou R\$ 123,1 milhões no 3T19, uma redução de R\$ 100,0 milhões ou 44,8% em relação ao 3T18, que obteve um resultado de R\$ 223,1 milhões. A redução ocorreu fundamentalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$ 42,1 milhões ou 44,7%, para R\$ 52,2 milhões no 3T19, comparadas com os R\$ 94,3 milhões no 3T18. A diminuição está substancialmente relacionada ao menor saldo médio de aplicação financeira no 3T19, devido à utilização do caixa para fomento da operação de ARV, bem como pela redução da taxa CDI no período.

Despesas financeiras - As despesas financeiras aumentaram R\$ 80,0 milhões ou 57,8%, para R\$ 218,3 milhões no 3T19, comparadas com os R\$ 138,3 milhões no 3T18. O aumento está sobretudo relacionado ao incremento do endividamento médio da Cielo, representado especialmente pela emissão de debêntures públicas em julho de 2019 e por contratações de linhas de créditos de curto prazo, cujos recursos foram utilizados para fomento da operação de ARV.

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) – A receita de aquisição de recebíveis (ARV), líquida dos tributos, totalizou R\$ 291,1 milhões no 3T19, apresentando uma redução de R\$ 60,6 milhões ou 17,2%, quando comparada com os R\$ 351,7 milhões no 3T18. O decréscimo está relacionado ao aumento da participação do segmento de Grandes Contas e à redução do *spread* e taxa CDI, parcialmente compensado pelo aumento do volume adquirido no 3T19 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Variação Cambial, líquida – A variação cambial líquida totalizou R\$ 1,9 milhão de perda no 3T19, representando uma variação de R\$ 82,7 milhões, quando comparada com a perda de R\$ 84,6 milhões no 3T18. A variação decorreu preponderantemente da contratação de *hedge* para proteção da variação cambial sobre os *bonds*, no início do 1T19.

EBITDA

EBITDA

Evolução Trimestral

O EBITDA consolidado totalizou R\$ 724,3 milhões no 3T19, representando uma redução de 6,7% em relação ao 2T19 e de 37,2% sobre o 3T18, conforme demonstrado a seguir:

EBITDA (R\$ milhões)	3T19	3T18	2T19
Lucro Líquido Cielo	358,1	740,8	431,2
Outros acionistas que não a Cielo	50,3	58,7	49,3
Resultado Financeiro Líquido	(123,1)	(223,1)	(137,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social	160,1	336,2	179,7
Depreciação e Amortização	279,0	240,4	253,6
EBITDA	724,3	1.152,9	776,7
% Margem EBITDA	25,9%	38,9%	27,7%

Comentário do Desempenho

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade.

No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

RECONCILIAÇÃO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS IFRS

Em conformidade com a Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 3.853/10 e Carta Circular nº 3.447/10 do Banco Central do Brasil, a Sociedade elaborou suas Demonstrações Financeiras trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Apresentamos, a seguir, a reconciliação do resultado e do patrimônio líquido do 3T19 entre as regras contábeis COSIF e aquelas adotadas no Brasil, que compreendem as incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que são alinhadas às normas internacionais de relatório financeiro (denominadas aqui em conjunto como “IFRS – *International Financial Reporting Standards*”).

Em R\$ milhões	3T19		2T19		3T18	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
COSIF	358,1	9.298,0	431,2	9.132,0	740,8	9.466,8
Amort. Ágio	4,3 (a)	2.074,0 (c)	6,5 (a)	1.915,3 (c)	6,5 (a)	1.975,6 (c)
Variação cambial líquida	- (b)	-	(20,1) (b)	-	45,9 (b)	-
Reclassificação de transação de capital entre sócios	-	(82,3) (d)	-	(82,3) (d)	-	(82,3) (d)
IFRS/CPC	362,4	11.289,7	417,6	10.965,0	793,2	11.360,1

- (a) Referente à amortização de ágio originado na aquisição do controle da Multidisplay.
- (b) A variação cambial sobre os *Ten Years Bonds*, líquido dos tributos, emitidos pela Cielo, é reconhecida no resultado do exercício em COSIF. De forma diversa, até julho de 2019, no IFRS, a variação cambial sobre os *Ten Years Bonds* impactou a rubrica de “Outros Resultados Abrangentes”, diretamente no Patrimônio Líquido, em decorrência da efetividade do *hedge accounting* designado entre o investimento em dólar na controlada americana Cielo USA e o endividamento em dólar (*bonds*). Com a liquidação parcial dos *bonds* em julho de 2019, a variação cambial passou a ser reconhecida no resultado financeiro também em IFRS.
- (c) Refere-se à amortização acumulada dos ágios originados na aquisição de investimentos pela Cielo e suas controladas. Em IFRS, os ágios são mantidos pelo valor do custo no ativo e submetidos, no mínimo, anualmente ao teste de redução ao valor recuperável (teste de *impairment*).
- (d) Refere-se ao ágio pago pela Cielo, em julho de 2016, na aquisição adicional de 41,34% de participação na controlada Multidisplay, passando a ter 91,44% de participação. No IFRS, esta operação foi tratada como uma transação de capital entre sócios, registrada diretamente no Patrimônio Líquido. No COSIF, o montante compõe o grupo de intangível, no ativo não circulante, nos demonstrativos contábeis consolidados.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Companhia, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Companhia. Para tanto, a Companhia adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão),

Comentário do Desempenho

evidenciando o comprometimento da Companhia e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e dos comitês/fóruns de assessoramento da Companhia e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria-Executiva, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente; (f) da existência de Calendário Anual de Eventos e Agenda Anual do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses; (i) do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual define os princípios básicos que deverão nortear as relações e atividades na Companhia, além de reforçar a necessidade de cumprir a legislação vigente, amplamente disseminado na Companhia e publicamente divulgado no site de Relações com Investidores da Companhia.

Importante destacar que, desde 2013, a Companhia instituiu a Política para Transações com Partes Relacionadas e demais situações envolvendo conflito de interesses da Companhia (“Política”), que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Companhia, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa, sendo revista em julho de 2019 para aderir às recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhia Abertas elaborado pelo Grupo de Trabalho Interagentes, o qual é coordenado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Com relação à aprovação das transações com partes relacionadas, compete ao Comitê de Governança Corporativa avaliar a transação (o negócio e sua justificativa), bem como a documentação que demonstre que a respectiva transação será realizada em condições equânimes de mercado (tais como, mas não se limitando a, propostas comerciais e pesquisas de mercado). Não obstante o envio desta documentação, nas hipóteses em que o referido Comitê julgar necessário, deverá ser apresentado um laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na transação com parte relacionada, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros. Após análise, o Comitê de Governança Corporativa recomendará ou não o tema para deliberação do Conselho de Administração da Companhia, que terá acesso a todos os documentos relacionados às transações com partes relacionadas.

Importante destacar que o Comitê de Governança Corporativa quando convocado para avaliar transações entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores, em caráter excepcional, será composto por todos os conselheiros independentes devendo referidos conselheiros independentes serem convocados a apreciar a matéria na condição de membros *ad hoc* do Comitê, em substituição ao(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) conflitado(s), além dos membros do Comitê que não estiverem conflitados.

Ademais, os membros do Conselho de Administração em posição de conflito (i) a priori, não participarão das reuniões ou (ii) se estiverem presentes em razão de outros assuntos pautados, deverão se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre a matéria. Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente, conforme o caso, tais membros poderão participar parcialmente das discussões, visando subsidiá-las com maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo sempre, contudo, se ausentar ao final da discussão, inclusive do processo de votação da matéria. Também não participarão das reuniões do Conselho de Administração ou Comitê de Governança Corporativa o(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) que não esteja(m) em posição de conflito quando a matéria que será objeto de deliberação se referir a questão estratégica do acionista conflitado.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Companhia, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Companhia, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da

Comentário do Desempenho

Companhia e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, eleger os membros da Diretoria-Executiva e fiscalizar sua gestão. Atualmente, a Diretoria Estatutária da Companhia é composta por até 10 (dez) membros e exerce a administração geral da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Companhia às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 6 (seis) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Riscos; e a Diretoria-Executiva possui 9 (nove) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Gastos, Fórum de Fórum de Investimentos Sociais e Culturais, Fórum de Preços, Fórum de Projetos, Fórum de Diversidade Fórum de Inovação e Fórum de Produtos e Serviços.

O Conselho Fiscal da Companhia, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) membro independente.

A Companhia está comprometida com a inclusão dos temas associados à Sustentabilidade em suas práticas, visando assegurar o sucesso do negócio no longo prazo, contribuir para um meio ambiente saudável, uma sociedade mais justa e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Para melhor estruturar o atingimento desses compromissos, a Companhia, em 2017, também revisou seu Plano Estratégico de Sustentabilidade. Aderente ao Planejamento de Negócios da Companhia, aprovado pela Diretoria-Executiva, pelo Comitê de Sustentabilidade e pelo Conselho de Administração, o plano possibilitou um entendimento mais claro de como a sustentabilidade pode efetivamente agregar valor e impulsionar os negócios da Companhia, que detém enorme potencial de movimentar a economia brasileira. Ao fim do processo, a estrutura do plano prevê iniciativas de potencial diferenciação no mercado – engajamento de colaboradores para uma cultura de sustentabilidade e estímulo ao empreendedorismo, e reforço às boas práticas já adotadas pela Cielo – gestão ambiental, investimento social privado e gestão de fornecedores críticos do ponto de vista da sustentabilidade. O plano tem ações previstas para o intervalo de 2017 a 2021.

As boas práticas, já implementadas pela Companhia, se dão no dia a dia, por meio de iniciativas ambientais consistentes, como por exemplo, a certificação do Sistema de Gestão Ambiental de acordo com os requisitos da NBR ISO 14001 (obtida em maio, para a sede da Companhia em Alphaville), o estabelecimento de uma estratégia climática, que inclui a realização do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) – alinhado às melhores práticas globais, auditado e publicado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol, e a compensação das emissões de carbono; o investimento em projetos sociais que promovem a educação, por meio de ações que contribuam com a melhoria da educação básica e/ ou profissionalizante, e iniciativas que possibilitem a geração de renda e contribuam para o desenvolvimento dos empreendedores brasileiros.

A geração de valor para a Companhia e para os públicos com os quais nos relacionamos se dá por meio de uma conduta ética, premissa que orienta e permeia todas as atividades da Companhia. Por meio do Código de Conduta Ética, a Companhia busca garantir as melhores práticas corporativas no relacionamento com seus diversos públicos de interesse.

Em consonância com o princípio da transparência, a Companhia publicou, em abril de 2019, o Relatório de Sustentabilidade 2018, o qual foi elaborado com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), versão GRI Standards, apresentando informações sobre o desempenho em relação aos aspectos mais relevantes para a sustentabilidade do negócio, buscando assim demonstrar sua capacidade de gerar valor e atuar de maneira perene.

Essa agenda de sustentabilidade promove oportunidades de negócios e possibilita vantagens competitivas à Companhia, percebidas pelo mercado financeiro e por toda a sociedade. Exemplo disso a Companhia, integra, pelo sexto ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), reconhecimento que atesta, dentre as iniciativas da Companhia, as boas práticas de governança corporativa, gestão de fornecedores – levando em consideração aspectos socioambientais e ações de promoção da qualidade de vida dos colaboradores.

Comentário do Desempenho

Em 2019, a Companhia integrou, pelo quarto ano consecutivo, a carteira do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), na categoria World (com vigência até setembro de 2020). Para serem incluídas, as empresas passam por rigoroso processo seletivo, que analisa dados econômicos, desempenho ambiental e social, governança corporativa, gestão de riscos, mitigação da mudança climática, práticas trabalhistas, dentre outras. E, desde 2011, a Companhia possui American Depositary Receipts (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTCQX Internacional.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante o 3T19, a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar serviços não relacionados à auditoria externa durante o período de janeiro à setembro de 2019, que consiste na asseguuração limitada sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança do Relatório de Sustentabilidade de 2018 e asseguuração razoável sobre a conformidade com as cláusulas (obrigações) do Termo de Compromisso de Cessação de Prática (“TCC”) estabelecidas entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e a Cielo. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante da contratação foi de R\$ 266,6 mil e representa cerca de 10,8% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras de 2019 da Controladora Cielo e de suas controladas Cateno, Stelo, Orizon, e Fundos de Investimentos (FIDC’s).

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as Informações Contábeis Intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

Notas Explicativas

Informações consolidadas ITR

Em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 3.853/10 e Carta Circular nº 3.447/10 do Banco Central do Brasil (“BACEN”), a Sociedade optou por elaborar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN. Desta forma, preenchemos apenas os quadros referentes aos dados padronizados das informações individuais, uma vez que os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas são aplicáveis, somente, quando da elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB. Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial Individual e Consolidado e as respectivas Demonstrações do Resultado Individual e Consolidado, bem como suas Notas Explicativas, os Fluxos de Caixa Individual e Consolidado e o Valor Adicionado Individual e Consolidado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN:

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Balancos patrimoniais levantados em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Circulante					
Disponibilidades	4	15.645	36.880	411.271	433.961
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	-	244.477	236.173
Títulos e valores mobiliários e inst. financeiros derivativos	6	9.263.720	7.261.906	2.281.723	2.232.912
Outros créditos	7	68.084.292	62.266.504	69.473.622	63.501.559
Rendas a receber	7	272.190	372.148	800.812	885.015
Contas a receber de emissores	7	67.293.682	61.618.543	67.808.051	62.219.320
Contas a receber com partes relacionadas		120.394	19.457	-	-
Créditos tributários	8	286.864	323.379	380.542	90.166
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		75.420	59.610	334.076	392.975
Outros		276.137	53.344	405.586	102.904
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7	(240.395)	(179.977)	(255.445)	(188.821)
Outros valores e bens		87.676	53.576	101.355	63.433
Total do ativo circulante		77.451.333	69.618.866	72.512.448	66.468.038
Realizável a longo prazo					
Outros créditos		2.262.116	2.235.128	2.411.057	2.691.214
Devedores por depósitos em garantia	14	1.628.253	1.624.223	1.644.962	1.637.377
Créditos tributários	8	607.310	590.668	737.590	1.033.367
Outros		26.553	20.237	28.505	20.470
Outros valores e bens		87	87	87	1.356
Permanente					
Investimentos	9	8.837.810	8.959.143	124.074	119.055
Imobilizado de uso	10	840.497	523.853	905.793	580.794
Intangível	11	482.838	420.389	11.041.278	11.247.278
Total do ativo realizável a longo prazo e permanente		12.423.348	12.138.600	14.482.289	14.639.697
Total do ativo		89.874.681	81.757.466	86.994.737	81.107.735
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Obrigações por empréstimos	12	3.338.118	1.032.941	3.374.603	1.033.618
Instrumentos financeiros derivativos		28.534	75.692	28.534	75.692
Outras obrigações		67.657.581	63.553.441	60.172.485	56.076.857
Societas e estatutárias	15 e 22	171.112	207.103	204.424	242.626
Fiscais e previdenciárias	8	95.412	339.720	432.793	796.244
Contas a pagar a estabelecimentos	13	55.453.199	52.878.277	56.339.203	53.631.587
Obrigações com cotas senior FIDC		-	-	2.000.000	-
Contas a pagar com partes relacionadas	27	11.405.316	9.425.751	-	-
Outras		532.542	702.590	1.196.065	1.406.400
Total do passivo circulante		71.044.233	64.662.074	63.575.622	57.186.167
Exigível a longo prazo					
Obrigações por empréstimos	12	6.815.758	5.265.627	8.396.093	6.829.359
Outras obrigações		2.716.736	2.465.495	2.066.618	4.061.935
Imposto e contribuições diferidos	14	-	-	101.406	115.246
Provisões para contingências		1.824.867	1.755.232	1.850.202	1.782.197
Obrigações com cotas senior FIDC		843.844	682.738	-	2.000.507
Provisão para obrigações com investidas		48.025	27.525	114.969	163.965
Outras		9.532.494	7.731.122	10.462.711	10.891.294
Total do passivo exigível a longo prazo		9.532.494	7.731.122	10.462.711	10.891.294
Patrimônio líquido					
Capital social	15	5.700.000	5.700.000	5.700.000	5.700.000
Reservas de capital	15	74.364	71.255	74.364	71.255
Reservas de lucros	15	3.584.051	3.583.971	3.584.051	3.583.971
Ajustes de avaliação patrimonial	15	(4.089)	59.622	(4.089)	59.622
(+) Ações em tesouraria	15	(56.372)	(50.578)	(56.372)	(50.578)
Atribuído a:					
Acionistas controladores		9.297.954	9.364.270	9.297.954	9.364.270
Outros acionistas que não a Cielo		-	-	3.658.450	3.666.004
Total do patrimônio líquido		9.297.954	9.364.270	12.956.404	13.030.274
Total do passivo e patrimônio líquido		89.874.681	81.757.466	86.994.737	81.107.735

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

Nota	Controladora			Consolidado		
	Período de três meses		Período de nove meses	Período de três meses		Período de nove meses
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2018
	1.254.082	1.568.911	4.820.725	2.799.818	2.962.252	8.674.242
	(641.374)	(622.001)	(1.870.111)	(1.835.580)	(1.611.757)	(4.614.444)
	612.708	946.910	2.950.614	964.238	1.350.495	4.059.798
	(76.315)	(65.818)	(192.802)	(182.186)	(139.321)	(407.909)
	(128.936)	(94.675)	(275.338)	(110.538)	(81.741)	(247.785)
	(62.222)	(73.966)	(201.403)	(122.776)	(138.335)	(378.134)
	66.399	136.146	426.890	2.775	(139)	7.980
	(84.515)	(82.323)	(189.990)	(106.214)	(78.457)	(207.146)
	327.119	766.274	2.517.971	445.299	912.502	2.826.804
	141.188	32.218	116.210	52.187	94.286	270.941
	(161.463)	(86.391)	(285.038)	(218.267)	(138.291)	(434.539)
	260.776	345.356	1.175.760	291.134	351.727	1.220.230
	(1.960)	(84.575)	(378.351)	(1.945)	(84.578)	(378.339)
	111.541	206.608	628.581	123.109	223.144	678.293
	438.660	972.882	3.146.552	568.408	1.135.646	3.505.097
	(56.256)	(330.377)	(765.510)	(149.440)	(439.025)	(1.027.663)
	(24.341)	98.274	1.376	(10.617)	102.823	66.423
	358.063	740.779	2.382.418	408.351	799.444	2.543.857
	0,13184	0,27245	0,87775	0,13184	0,27245	0,87775
	0,13164	0,27218	0,87688	0,13164	0,27218	0,87688
	438.660	972.882	3.146.552	568.408	1.135.646	3.505.097
	(56.256)	(330.377)	(765.510)	(149.440)	(439.025)	(1.027.663)
	(24.341)	98.274	1.376	(10.617)	102.823	66.423
	358.063	740.779	2.382.418	408.351	799.444	2.543.857
	0,13184	0,27245	0,87775	0,13184	0,27245	0,87775
	0,13164	0,27218	0,87688	0,13164	0,27218	0,87688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

(Em milhares de reais)

Para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Lucro líquido do período	358.063	740.779	1.337.747	2.382.418	408.351	799.444	1.478.098	2.543.857
Resultados abrangentes								
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:								
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(65.943)	(24.594)	(58.155)	(110.837)	(65.943)	(24.594)	(58.155)	(110.837)
Benefício pós-emprego	-	-	(5.556)	-	-	-	(5.556)	-
Movimentações do período	(65.943)	(24.594)	(63.711)	(110.837)	(65.943)	(24.594)	(63.711)	(110.837)
Resultado abrangente total do período	292.120	716.185	1.274.036	2.271.581	342.408	774.850	1.414.387	2.433.020
Atribuído a:								
Acionistas controladores					292.120	716.185	1.274.036	2.271.581
Outros acionistas que não a Cielo					50.288	58.665	140.351	161.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

	Reservas de lucros										Total do Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva em tesouraria	Legal	Orcamento de capital	Dividendos adicionais	Retencao de lucros	Ajustes de avaliacao patrimonial	Total da participacao dos acionistas controladores	Participacao de outros acionistas que nao a Cielo	
Saldos em 01 de janeiro de 2018	4.700.000	62.620	(53.925)	892.740	3.341.628	1.058.785	-	149.019	10.150.867	3.659.593	13.810.460
Aumento de capital	1.000.000	-	-	-	(1.000.000)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(20.127)	-	-	-	-	-	(20.127)	-	(20.127)
Apções restritas outorgadas	-	17.752	-	-	-	-	-	-	17.752	-	17.752
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de ações	-	(15.427)	23.474	-	-	-	-	-	8.047	-	8.047
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	2.382.418	-	-	2.382.418	161.439	2.543.857
Destinação sobre o lucro líquido do semestre:											
Reserva legal	-	-	-	119.121	-	-	(119.121)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	(152.500)	-	(152.500)	-	(152.500)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	(312.500)	-	(312.500)	-	(312.500)
Dividendos propostos pagos	-	-	-	-	-	-	(216.775)	-	(216.775)	-	(216.775)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(1.220.737)	-	(1.220.737)	-	-
Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório pago	-	-	-	-	360.797	(1.058.785)	(560.797)	-	(2.279.512)	-	(2.279.512)
Destinação da reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação da reserva de orçamento de capital para pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	(110.837)	-	(110.837)	-	(110.837)
Participação de outros acionistas que não a Cielo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(159.686)	(159.686)
Saldos em 30 de setembro de 2018	5.700.000	64.945	(50.578)	1.011.861	2.702.425	709.500	-	38.182	9.466.835	3.661.346	13.128.181
Saldos em 01 de janeiro de 2019	5.700.000	71.255	(50.578)	1.049.745	1.824.726	709.500	-	59.022	9.364.270	3.666.004	13.030.274
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(22.829)	-	-	-	-	-	(22.829)	-	(22.829)
Apções restritas outorgadas	-	20.144	-	-	-	-	-	-	20.144	-	20.144
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de ações	-	(17.035)	17.035	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	1.337.747	-	-	1.337.747	140.351	1.478.098
Destinação sobre o lucro líquido do semestre:											
Reserva legal	-	-	-	66.887	-	-	(66.887)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	(120.100)	-	(120.100)	-	(120.100)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	(283.900)	-	(283.900)	-	(283.900)
Dividendos propostos pagos	-	-	-	-	-	(709.500)	(224.167)	-	(933.667)	-	(933.667)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	642.693	-	(642.693)	-	-	-	-
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	(58.155)	-	(58.155)	-	(58.155)
Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	(5.556)	-	(5.556)	-	(5.556)
Participação de outros acionistas que não a Cielo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(147.905)	(147.905)
Saldos em 30 de setembro de 2019	5.700.000	74.364	(56.572)	1.116.632	2.467.419	709.500	-	(4.089)	9.297.954	3.658.450	12.956.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.699.202	3.146.552	2.062.460	3.505.097
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	251.217	282.398	767.668	716.070
Constituição (reversão) de provisão para perdas com imobilizado	9.661	2.855	9.661	19.022
Custo residual de imobilizado e intangível baixados	9.393	-	10.451	-
Variação cambial sobre imobilizado e intangível	-	-	(32.985)	(123.132)
Opções de ações outorgadas	20.144	17.752	20.144	17.752
Perdas com créditos incobráveis e fraude	219.189	106.378	267.727	120.313
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	79.097	9.731	78.182	13.907
Resultado com instrumentos financeiros	(30.707)	(180.303)	(30.707)	(180.303)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	309.543	306.599	353.945	350.271
Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	83.961	562.515	102.117	815.981
Amortização de custos de emissão de dívidas	6.378	941	6.378	941
Ajuste de marcação a mercado (MTM)	3.856	33.859	3.856	33.859
Equivalência patrimonial	(188.154)	(426.890)	(7.059)	(7.980)
Rendimento de participação no FIDC	(834.051)	(1.233.331)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber operacionais	(5.733.952)	4.499.127	(5.705.631)	4.310.882
Contas a receber com partes relacionadas	(100.937)	(20.241)	-	-
Impostos antecipados e a recuperar	4.063	122.144	69.154	201.032
Outros valores a receber	(229.109)	(5.696)	(299.174)	(57.908)
Depósitos judiciais	(4.030)	(11.736)	(7.585)	(12.428)
Despesas pagas antecipadamente	(34.100)	(5.776)	(36.653)	(4.679)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Contas a pagar a estabelecimentos	2.574.922	(4.628.124)	2.707.616	(4.330.580)
Instrumentos financeiros derivativos	(75.692)	136.337	(75.692)	136.337
Impostos e contribuições a recolher	(244.308)	(76.888)	(377.291)	(182.886)
Contas a pagar com partes relacionadas	1.979.565	(1.141.549)	-	-
Outras obrigações	(199.852)	(123.867)	(301.508)	54.085
Pagamento de processos tributários, cíveis e trabalhistas	(9.462)	(11.963)	(10.177)	(12.564)
Caixa proveniente das operações	(434.163)	1.360.824	(425.103)	5.383.089
Juros pagos	(315.529)	(391.757)	(345.454)	(391.757)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(324.313)	(637.641)	(582.502)	(991.625)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(1.074.005)	331.426	(1.353.059)	3.999.707
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital em controladas, controladas em conjunto e coligada	(18.114)	(135.000)	-	(55.105)
Aquisição de cotas de FIDC	(4.783.817)	-	-	-
Resgate de cotas de FIDC	3.590.597	2.001.277	-	-
Dividendos recebidos de subsidiárias	413.209	394.053	2.060	-
Adições ao imobilizado e intangível	(632.041)	(312.050)	(878.648)	(358.192)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(1.430.166)	1.948.280	(876.588)	(413.297)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aquisição de ações em tesouraria	(22.829)	(20.127)	(22.829)	(20.127)
Venda/transfêrencia de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opção de ações	17.035	23.474	17.035	23.474
Aquisição de participação em controlada, sem mudança de controle	-	-	-	(91.162)
Captação de empréstimos	13.594.538	1.000.000	13.594.538	1.000.000
Pagamento de principal de empréstimos, líquido de derivativos	(9.774.731)	(3.033.944)	(9.774.953)	(3.033.944)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(32.708)	-	(32.708)	-
Participação de minoritários no patrimônio	-	-	(7.554)	1.753
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.383.067)	(3.126.985)	(1.528.533)	(3.286.671)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	2.398.238	(5.157.582)	2.244.996	(5.406.677)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa no exterior	-	-	(11.543)	14.833
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(105.933)	(2.877.876)	3.806	(1.805.434)
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	21.731	1.031.645	2.878.230	4.282.660
Saldo inicial	127.664	3.909.521	2.874.424	6.088.094
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(105.933)	(2.877.876)	3.806	(1.805.434)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
RECEITAS					
Vendas de serviços	17	4.463.187	5.405.009	9.220.780	9.602.607
Perda com créditos incobráveis e fraude	19	(219.189)	(157.530)	(267.727)	(178.304)
		4.243.998	5.247.479	8.953.053	9.424.303
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Gastos com serviços prestados		(1.540.710)	(1.441.867)	(4.477.120)	(3.889.352)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(529.528)	(444.758)	(505.347)	(412.141)
Outros gastos, líquidos		(32.011)	(31.534)	(45.348)	(27.916)
(Perda) recuperação na realização de ativos		(17.027)	(926)	(17.027)	(926)
		(2.119.276)	(1.919.085)	(5.044.842)	(4.330.335)
VALOR ADICIONADO BRUTO		2.124.722	3.328.394	3.908.211	5.093.968
Retenções					
Depreciações e amortizações	10 e 11	(251.217)	(282.397)	(767.668)	(716.074)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		1.873.505	3.045.997	3.140.543	4.377.894
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Equivalência patrimonial	9	188.154	426.890	7.059	7.980
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida e aquisição de recebíveis, líquidas	25	850.845	912.185	1.053.993	1.154.348
		1.038.999	1.339.075	1.061.052	1.162.328
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		2.912.504	4.385.072	4.201.595	5.540.222
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal e encargos		(265.954)	(236.402)	(585.726)	(459.288)
Participação de colaboradores e administradores no lucro	22	(61.680)	(45.298)	(85.742)	(62.936)
Impostos, taxas e contribuições		(856.330)	(1.395.644)	(1.493.073)	(1.986.814)
Despesas de juros e alugueis incorridos		(390.793)	(325.310)	(411.049)	(487.327)
Dividendos e JCP pagos		(508.067)	(1.750.000)	(653.533)	(1.750.000)
Dividendos e JCP propostos		(120.100)	(152.500)	(122.541)	(152.500)
Retenção de lucros		(709.580)	(479.918)	(709.580)	(479.918)
Outros acionistas que não a Cielo		-	-	(140.351)	(161.439)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		(2.912.504)	(4.385.072)	(4.201.595)	(5.540.222)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “CIEL3”, e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade e controladas em conjunto, que junto à Cielo também são designadas como “Grupo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de adquirência, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet, processamento de informações e serviços de suporte para as empresas da área médica.

Eventos significativos do trimestre

No trimestre findo em 30 de setembro de 2019, ocorreram, principalmente, os seguintes eventos que alteraram as informações contábeis intermediárias da Sociedade:

- *Em 30 de agosto de 2019, houve a liquidação parcial do contrato de empréstimo em moeda estrangeira (“operação 4.131”) no valor de US\$ 118.166. O saldo remanescente do empréstimo no valor de US\$ 121.000 (R\$ 504.328) foi renovado com vencimento para 27 de agosto de 2020. Em decorrência da renovação parcial, em 30 de agosto de 2019, foi contratada uma operação de instrumento financeiro derivativo (“Swap”) com o objetivo de proteger a operação das oscilações decorrentes de câmbio;*
- *Em 19 de setembro de 2019 e em 29 de outubro de 2019, foram aprovados os juros sobre o capital próprio (“JSCP”) referentes ao 3º trimestre de 2019, no montante total de R\$ 120.100, que serão pagos em 18 de novembro de 2019;*
- *Em 27 de setembro de 2019, foram pagos os juros sobre o capital próprio e dividendos no montante de R\$ 136.100 e R\$ 7.194, respectivamente, referentes ao 2º trimestre de 2019.*

Eventos societários

Em 18 de janeiro de 2018, a Cielo S.A., por meio da sua controlada Aliança Pagamentos e Participações Ltda. (“Aliança”), assinou o contrato de compra e venda com a Companhia Brasileira de Solução e Serviços (“CBSS”) para aquisição de 70% de participação no capital social da Stelo S.A. (“Stelo”), passando a deter 100% do capital social da Stelo. O valor de compra estabelecido foi de R\$ 87.492 apurado com base no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017.

No dia 14 de setembro de 2018, após a conclusão do processo de análise e aprovação da transação por parte dos órgãos reguladores, a operação foi efetivada por meio da realização do pagamento e da transferência do controle das ações em questão.

Conforme definido no contrato, o valor de compra foi atualizado pela variação da taxa CDI acumulada entre a data de assinatura e a efetiva data de conclusão da operação, sendo liquidado pelo montante de R\$ 91.163.

Dentro de 60 dias contados a partir da data de fechamento (14 de setembro de 2018) da aquisição, foi levantado um balanço patrimonial de referência para definição dos montantes a serem reconhecidos da operação, assim como, para apuração do valor final de compra, líquido dos ajustes previstos em contrato (dívida líquida e capital de giro).

Desta forma, o valor final da compra, apurado com base no balanço patrimonial levantado em 14 de setembro de 2018, foi de R\$ 67.320, resultando em uma compra vantajosa no montante de R\$ 18.200, reconhecida em “Outras despesas/receitas operacionais” na Demonstração do Resultado Consolidada.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias da Sociedade foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, denominadas em conjunto “COSIF”, e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 29 de outubro de 2019.

2.2 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das informações contábeis intermediárias requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação e de saldos a receber de emissores, por exemplo), imposto de renda e contribuição social diferidos, redução ao valor recuperável do ágio (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle

Notas Explicativas

da Me-S. Esses empréstimos serão liquidados com o caixa gerado nas operações do exterior. Adicionalmente, com relação à Me-S, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e Me-S (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa que, são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moeda estrangeira, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

Notas Explicativas

2.6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.7 Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Sociedade em três categorias distintas, conforme Circular BACEN nº 3.068/01:

Títulos para negociação

São aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda

São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento

São aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados a valor de mercado.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Os títulos e valores mobiliários são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os títulos e valores mobiliários perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte da contraparte, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um título ou valor mobiliário é reconhecida no resultado do período se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

Notas Explicativas

2.8 Instrumentos financeiros derivativos e operações de “*hedge*”

A Sociedade contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio. A Sociedade mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das informações contábeis intermediárias.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um “*hedge*” de fluxo de caixa ou um “*hedge*” de variação cambial de investimentos no exterior são registradas em ajustes de avaliação patrimonial, e quando qualificados como um “*hedge*” de risco de mercado, o objeto e o instrumento de “*hedge*” são registrados no resultado pelos valores justos.

A Sociedade avalia, tanto no início da cobertura do “*hedge*” quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de “*hedge*” são altamente eficazes na compensação das alterações no valor justo ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um objeto de “*hedge*” é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial, é imediatamente reportado na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como “*hedge*” ou caracterizados com “*hedge*” de risco de mercado são reconhecidas na linha de resultado financeiro, líquido, na demonstração do resultado.

2.9 Contas a receber operacionais e contas a pagar a clientes

a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio, com prazos de recebimento inferiores a um ano.

Valores a receber de transações financeiras processadas

Representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela Me-S que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

Valores a receber de clientes

Representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

b) Contas a pagar a clientes

Contas a pagar a clientes

Obrigações de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade.

Valores a liquidar para clientes referentes a transações processadas pela Me-S

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A Me-S paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.

Notas Explicativas

Cauções de clientes

A Me-S mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.10 Investimentos

Nas informações contábeis individuais, os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas informações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são apresentadas pelo método da equivalência patrimonial.

As informações contábeis das subsidiárias no exterior são adaptadas aos critérios contábeis da controladora e convertidas para a moeda real pela taxa do final do período.

2.11 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.12 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

2.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Anualmente, e se houver evidência, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por

Notas Explicativas

redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.14 **Ágio**

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

O ágio decorrente de investimentos em controladas, empresas coligadas e controladas em conjunto é incluído no valor contábil do investimento nas informações contábeis intermediárias individuais. Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.15 **Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das informações contábeis intermediárias e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada semestralmente, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Notas Explicativas

2.16 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores que a Sociedade é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Sociedade possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica. Os valores decorrentes da prestação de serviço que dão origem ao benefício são reconhecidos como despesa do período e a provisão dos saldos a serem desembolsados após

2.17 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/09.

2.18 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Sociais e Estatutárias”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório.

2.19 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Sociedade oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Notas Explicativas

3 Informações consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis da Sociedade e de suas controladas. Quando necessário, as informações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àsquelas estabelecidas pelo Grupo.

Para as controladas e fundos de investimentos (FIDCs e FICs), foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de outros acionistas que não a Cielo.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em relação aos FIDCs, a Sociedade consolida as suas informações contábeis por entender que parte relevante dos riscos e benefícios relacionados à rentabilidade dos FIDCs estão vinculadas às quotas mantidas pela Sociedade. No processo de consolidação dos FIDCs, foram feitas as eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Sociedade e os FIDCs.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas foram aplicados, além das disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras (COSIF), os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Em 30 de setembro de 2019, o Grupo está composto pelas seguintes empresas:

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	30/09/2019	31/12/2018	
Participação direta em controladas e fundos:			
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99	Prestação de serviços de manutenção e contato com estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito.
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00	Prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay")	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular.
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. ("Braspag")	99,99	99,99	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas e serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
Cielo Cayman Island ("Cielo Cayman")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman não realizou qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira no trimestre findo em 30 de setembro de 2019. A empresa se encontra em processo de encerramento.

Notas Explicativas

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00	Aquisição de direitos creditórios elegíveis e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	82,02	78,19	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos ("FICs")	100,00	100,00	Fundos destinados à aplicação em ativos financeiros com prazo indeterminado de duração.
Participação indireta em controladas:			
M4Produtos e Serviços S.A. ("M4Produtos")	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago e serviços de pagamento móvel.
Merchant e-Solutions, Inc. ("Me-S")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito.
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais.
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. ("Orizon")	40,95	40,95	Processamento de informações para as empresas de saúde, gestão de serviços de suporte ("back office") para operadoras de saúde, prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00	Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas.
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
PrevSaúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("PrevSaúde")	40,95	40,95	Prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. ("Guilher")	40,95	40,95	Importação, exportação, distribuição e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.

4 Disponibilidades

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Sociedade é composto pelos saldos de disponibilidades apresentados abaixo e por aplicações interfinanceiras de liquidez, aplicações em cotas de fundos (exceto FIDCs que é contabilizado em TVM) e certificados de depósitos bancários ("CDB") apresentados nas notas 5 e 6.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Em moeda nacional	15.215	25.574	44.124	30.914
Em moeda estrangeira	430	11.306	367.147	403.047
Total	15.645	36.880	411.271	433.961

Notas Explicativas

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não possuía saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez.

	Consolidado		
	0 - 30	Total em 30/09/2019	Total em 31/12/2018
Aplicações no mercado aberto			
Debêntures compromissadas	199	199	63.545
Aplicações em moeda estrangeira	226.219	226.219	172.628
Outras	18.059	18.059	-
Total	244.477	244.477	236.173

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é composto pelos saldos apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Ativo:				
Títulos e valores mobiliários	9.204.479	7.261.906	2.222.482	2.232.912
Instrumentos financeiros derivativos	59.241	-	59.241	-
Total	9.263.720	7.261.906	2.281.723	2.232.912
Passivo:				
Instrumentos financeiros derivativos	28.534	75.692	28.534	75.692
Total	28.534	75.692	28.534	75.692

a. Saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos

	Controladora							
	30/09/2019				31/12/2018			
	Faixa de vencimento				Total		Total	
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Valor de Mercado (*)	Valor de Custo (*)	Valor de Mercado	Valor de Custo
Disponível para Venda								
Títulos privados	-	-	-	9.198.393	9.198.393	9.198.393	7.171.122	7.171.122
Cotas de fundos de investimento - FIDC	-	-	-	9.198.393	9.198.393	9.198.393	7.171.122	7.171.122
Mantidos para Negociação								
Títulos privados	-	1.021	-	5.065	6.086	6.086	90.784	90.784
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	3.762	3.762	3.762	82.300	82.300
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	-	1.303	1.303	1.303	8.484	8.484
Outros	-	1.021	-	-	1.021	1.021	-	-
Total	-	1.021	-	9.203.458	9.204.479	9.204.479	7.261.906	7.261.906

Notas Explicativas

	Consolidado							
	30/09/2019				31/12/2018			
	Faixa de vencimento			Acima de 365	Total		Total	
0 - 30	31 - 180	181 - 365		Valor de Mercado (*)	Valor de Custo (*)	Valor de Mercado	Valor de Custo	
Mantidos para Negociação								
Títulos públicos				112.674	112.674	112.674	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	31.410	31.410	31.410	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	81.264	81.264	81.264	-	-
Mantidos para Negociação								
Títulos privados	25.688	236.122	8.689	1.839.309	2.109.808	2.109.808	2.232.912	2.232.912
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	1.555.792	1.555.792	1.555.792	1.882.672	1.882.672
Certificado de Depósito Bancário - CDB	15.397	224.580	-	1.303	241.280	241.280	269.120	269.120
Outros	10.291	11.542	8.689	282.214	312.736	312.736	81.120	81.120
Total	25.688	236.122	8.689	1.951.983	2.222.482	2.222.482	2.232.912	2.232.912

(*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

b. Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC)

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“FIDC”) iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado. De 31 de julho de 2017 até atualização do regulamento em 03 de julho de 2019, o fundo não operou novas aquisições de recebíveis. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”) iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Ambos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Objetivo dos fundos

O FIDC e o FIDC Plus têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, assim como, transações de crédito operacionalizadas no sistema de adquirência Cielo, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Outras informações

Os rendimentos das cotas sênior e mezanino do FIDC Plus são pagos mensalmente, sendo possível amortização extraordinária para cotas mezaninos e subordinadas desde que mantido o índice de subordinação mínimo de 20%. A agência Fitch Ratings atribuiu às cotas sênior o rating de risco “AAA”.

Os direitos creditórios do FIDC Plus são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (TIR) dos contratos, pelo critério “pro rata temporis”. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

Estrutura e composição dos fundos

A estrutura de patrimônio do FIDC e FIDC Plus em 30 de setembro de 2019 está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC - Exclusivo	53.203	74.009	74.009	-
FIDC Plus	13.824.590	11.124.384	9.124.384	2.000.000
Sênior	4.000.000	4.000.000	2.000.000	2.000.000
Subordinada	9.324.590	6.624.384	6.624.384	-
Mezanino	500.000	500.000	500.000	-
Total	13.877.793	11.198.393	9.198.393	2.000.000

Os balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão assim demonstrados:

	30/09/2019			31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
FIDC	74.144	135	74.009	1.385	215	1.170
FIDC Plus	11.128.618	4.234	11.124.384	9.199.494	29.035	9.170.459
Total	11.202.762	4.369	11.198.393	9.200.879	29.250	9.171.629

As demonstrações de resultado dos fundos nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, são apresentadas a seguir:

	Período de três meses			Período de nove meses		
	30/09/2019			30/09/2019		
	FIDC	FIDC Plus	Total	FIDC	FIDC Plus	Total
Receita - Direitos creditórios	3.410	300.443	303.853	3.439	917.519	920.958
Receita financeira	60	2.795	2.855	111	9.202	9.313
Outras despesas operacionais	(1.051)	(508)	(1.559)	(1.208)	(849)	(2.057)
Lucro do período	2.419	302.730	305.149	2.342	925.872	928.214

	Período de três meses			Período de nove meses		
	30/09/2018			30/09/2018		
	FIDC	FIDC Plus	Total	FIDC	FIDC Plus	Total
Receita - Direitos creditórios	15	368.554	368.569	20.469	1.257.071	1.277.540
Receita financeira	36	26.882	26.918	2.944	52.273	55.217
Outras despesas operacionais	(312)	(497)	(809)	(1.483)	(1.184)	(2.667)
Lucro do período	(261)	394.939	394.678	21.930	1.308.160	1.330.090

c. Operações de “Hedge”

“Hedge” de risco de mercado

A Sociedade, na ocasião da contratação de instrumento financeiro derivativo na modalidade de “swap”, designou-o como instrumento de “hedge” para a operação de empréstimo em dólares americanos no valor de US\$ 239.166, equivalente a R\$ 1.000.000, vencido e liquidado parcialmente em 30 de agosto de 2019. Nesta mesma data, o saldo remanescente do empréstimo, no valor de US\$ 121.000, foi renovado com vencimento programado para 27 de agosto de 2020, para o qual foi contratada uma nova operação de “swap” para proteção de risco de variação da moeda estrangeira e da exposição à taxa de juros.

Os termos contratuais do contrato de empréstimo (conforme nota explicativa 12) e do “swap” foram celebrados de tal forma que a comparação entre ponta ativa (contas a receber da Sociedade) do “swap” e o saldo de empréstimo (contas a pagar da Sociedade), ambos ajustados pelo valor justo, não apresente perdas ou ganhos decorrentes da variação cambial e taxa de juros contratada

Notas Explicativas

no objeto de “*hedge*”.

Assim, em 30 de setembro de 2019 a Sociedade permanece exposta somente à ponta passiva do “*swap*”, que possui valor “*nocional*” em reais no montante de R\$ 504.328, remunerados à 104,15% da taxa média diária do certificado de depósito interbancário (CDI).

Para documentar a estratégia de designação adotada e a efetividade do instrumentos derivativos, a Sociedade utilizou o método de derivativo hipotético que é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida. Dessa forma, os ganhos e perdas do instrumento e do objeto de “*hedge*” são reconhecidos pelo valor justo no resultado no período em que ocorrem.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 30 de setembro de 2019, a posição do contrato de “*swap*” refletia um valor justo a receber de R\$ 1.421 (R\$ 75.692 a pagar em 31 de dezembro de 2018), conforme demonstrado abaixo:

30/09/2019						31/12/2018	
Valorização						Valor justo (Mercado)	Valor justo (Mercado)
Vencimento da Operação	Nocional R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva	MTM Ativo	MTM Passivo	Valor a Receber/(pagar)	Valor a Receber/(pagar)
27/08/2020	504.328	5.146	(6.016)	2.291	-	1.421	(75.692)

Em 30 de setembro de 2019, a relação de “*hedge*” estabelecida pela Sociedade foi eficaz, de acordo com testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do “*hedge*” foi registrada.

“*Non Deliverable Forward - NDF*”

A Sociedade, em 07 de janeiro de 2019, realizou a contratação de instrumento financeiro (termo de moedas – “*NDF*”) para a proteção da oscilação de moeda estrangeira na operação de empréstimo (“*Bonds*”) em dólares americanos no valor de USD 475.000, vencido liquidado em 01 de julho de 2019.

Em 28 de junho de 2019, a Sociedade contratou dois novos instrumentos “*NDF*” no montante global de US\$ 107.000, ambos com vigência a partir de 01 de julho de 2019 e vencimento em 02 de janeiro de 2020, com objetivo de proteção cambial para a parcela remanescente dos “*Bonds*”. Cada instrumento possui valor “*nocional*” de US\$ 53.500, com taxa média futura de R\$ 3,89475.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado.

Em 30 de setembro de 2019, a posição dos instrumentos “*NDF*” refletiam um valor justo a receber de R\$ 29.286, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

30/09/2019					31/12/2018	
Vencimento da operação	Valorização			Ajuste MTM	Valor justo (Mercado)	Valor justo (Mercado)
	Nocional R\$	Ponta ativa	Ponta passiva		Valor a receber	Valor a receber/(pagar)
02/01/2020	445.591	42.747	(13.894)	433	29.286	-

7 Outros Créditos – Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Rendas a receber de transações de pagamentos	272.190	372.148	800.812	885.015
Contas a receber de emissores	67.293.682	61.618.543	67.808.051	62.219.320
Contas a receber de emissores (a)	67.195.892	61.548.307	67.180.750	61.548.219
Contestações de portadores de cartão de crédito – “chargeback” (b)	46.556	36.843	46.556	36.843
Trava de domicílio bancário (c)	29.333	9.832	29.333	9.832
Valores a receber de transações financeiras processadas (d)	-	-	348.631	436.847
Valores a receber de intercâmbio de clientes (e)	-	-	180.880	163.845
Outros	21.901	23.561	21.901	23.734
Contas a receber com partes relacionadas (Nota 27)	120.394	19.457	-	-
Devedores por depósitos em garantia (Nota 14b)	1.628.253	1.624.223	1.644.962	1.637.377
Créditos tributários (Nota 8b)	894.174	914.047	1.118.132	1.123.533
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	75.420	59.610	334.076	392.975
Outros	302.690	73.581	434.091	123.374
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (f)	(240.395)	(179.977)	(255.445)	(188.821)
Total	70.346.408	64.501.632	71.884.679	66.192.773
Circulante	68.084.292	62.266.504	69.473.622	63.501.559
Realizável a longo prazo	2.262.116	2.235.128	2.411.057	2.691.214
Total	70.346.408	64.501.632	71.884.679	66.192.773

- (a) Correspondem aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já líquidos das antecipações com bancos emissores.
- (b) Correspondem substancialmente a saldos a receber de transações contestadas pelos portadores de cartão de crédito e que se encontram em avaliação pelo Grupo nas respectivas datas de balanço (“chargeback”).
- (c) A Sociedade oferece aos bancos domicílio o serviço de trava de domicílio bancário (mediante autorização prévia do estabelecimento comercial) para bloquear qualquer transferência de recebíveis do estabelecimento para outro banco. O valor a receber decorrente da prestação do serviço pela Sociedade é liquidado no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (d) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (e) São representados pelos valores a receber referentes às taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.
- (f) Refere-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes das operações realizadas com estabelecimentos comerciais, constituída a partir da expectativa de perdas esperadas e das operações já em atraso.

Notas Explicativas

8 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

a. Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	438.660	972.882	1.699.202	3.146.552	568.408	1.135.646	2.062.460	3.505.097
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(149.144)	(330.780)	(577.729)	(1.069.828)	(193.259)	(386.119)	(701.236)	(1.191.733)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	41.514	51.850	137.360	158.100	41.514	51.850	137.360	158.100
Benefício fiscal de P&D	2.371	3.892	8.863	13.279	2.371	3.892	8.863	13.279
Equivalência patrimonial	22.576	46.290	63.972	145.143	944	(47)	2.400	2.713
Ágio na aquisição de Investimento	(1.472)	(2.209)	(5.890)	(6.626)	(1.472)	(2.209)	(5.890)	(6.626)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas (*)	3.558	(1.146)	11.969	(4.202)	(10.155)	(3.568)	(25.859)	63.027
Imposto de renda e contribuição social	(80.597)	(232.103)	(361.455)	(764.134)	(160.057)	(336.202)	(584.362)	(961.240)
Correntes	(56.256)	(330.377)	(338.720)	(765.510)	(149.440)	(439.025)	(601.239)	(1.027.663)
Diferidos	(24.341)	98.274	(22.735)	1.376	(10.617)	102.823	16.877	66.423

(*) Redução de alíquota de imposto de renda EUA - Efeito da reforma tributária americana sobre as controladas Me-S e Cielo USA, com redução da alíquota federal de imposto de renda de 35% para 21% no exercício de 2018.

Os incentivos para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo do Idoso e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, totalizaram R\$ 6.030 (R\$ 6.530 no consolidado) em 30 de setembro de 2019 e R\$ 21.114 (R\$ 23.474 no consolidado) em 30 de setembro de 2018.

b. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo circulante e não circulante e passivo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	607.310	590.668	615.454	597.234
Provisão para despesas diversas	189.611	249.925	306.353	364.747
Prejuízo fiscal e base negativa em controlada	-	-	93.678	89.955
Provisão para perdas com equipamentos de captura, com créditos incobráveis e fraude	97.253	73.454	102.647	71.597
Total	894.174	914.047	1.118.132	1.123.533

Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente
Até 12 meses	210.930	75.934	286.864	272.944	279.810	100.732	380.542	362.076
Superior a 12 meses	446.551	160.759	607.310	577.840	542.346	195.244	737.590	701.798
Total	657.481	236.693	894.174	850.784	822.156	295.976	1.118.132	1.063.874

Conforme melhor estimativa da Administração, parte dos créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis e fraude, no montante de R\$ 286.864 (R\$ 380.542 no consolidado) serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. A parcela remanescente, no montante de R\$ 607.310 (R\$ 737.590 no consolidado), será realizada em um prazo superior a 12 meses e inclui os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação a 28,9% (28,9% do consolidado) das provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 14.

Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no país e exterior

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S	15.896	7.667
Valor justo dos ativos intangíveis da Cielo USA	79.322	101.391
Passivo diferido sobre deságio (a)	6.188	6.188
Total	101.406	115.246

(a) Efeito fiscal diferido sobre o deságio gerado na aquisição de controle da Stelo, em setembro de 2018.

c. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	56.613	275.322	314.078	660.024
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	11.715	21.642	20.715	38.418
Imposto sobre serviços - ISS	4.679	26.184	50.871	66.176
Programa de integração social - PIS	2.330	4.714	9.334	7.406
Outros tributos a recolher	20.075	11.858	37.795	24.220
Total	95.412	339.720	432.793	796.244

9 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Em controladas	8.713.736	8.822.765	-	-
Em controladas em conjunto e coligadas	124.074	119.055	124.074	119.055
Ágio na aquisição de investimentos	-	17.323	-	-
Total	8.837.810	8.959.143	124.074	119.055

Na consolidação das informações contábeis intermediárias, para as controladas diretas Multidisplay, Braspag e Cielo USA, bem como para as controladas indiretas M4Produtos, Me-S e Stelo, foram utilizadas as informações contábeis de 31 de agosto de 2019 para efeito de cálculo dos investimentos em 30 de setembro de 2019. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de nove meses findo em 31 de agosto de 2019.

As principais informações sobre as controladas diretas e indiretas e controladas em conjunto (“joint ventures”) referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo:

Notas Explicativas

	30/09/2019					30/09/2019					
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Lucro bruto	Lucro operacional antes do resultado financeiro	Lucro líquido / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do trimestre	Equivalência patrimonial do período	Investimento
Controladas:											
Servinet	99,99	91.143	68.731	22.412	202.058	199.192	11.657	8.015	2.664	8.015	22.412
Multidisplay (i)	91,44	153.636	96.094	57.542	750.011	40.777	25.979	21.713	7.424	19.852	54.023
Braspag	99,99	77.885	48.870	29.015	37.088	21.405	12.244	8.214	4.054	8.214	29.015
Cielo USA (ii)	100,00	934.047	1.777.849	(843.802)	-	(79.388)	(87.406)	(102.909)	(36.792)	(102.909)	-
Cateno	70,00	12.822.920	639.816	12.183.104	1.995.020	750.823	610.897	461.640	115.716	323.148	8.528.173
Aliança	99,99	197.031	116.918	80.113	3.863	3.921	(75.421)	(75.225)	(29.442)	(75.225)	80.113
Subtotal									63.624	181.095	8.713.736
Controladas em conjunto:											
Orizon (iii)	40,95	345.885	28.537	317.348	110.554	37.495	12.667	17.288	2.781	7.079	124.074
Paggo (ii)	50,00	257	340	(83)	-	-	(42)	(42)	(6)	(20)	-
Subtotal									2.775	7.059	124.074
Total Controladora									66.399	188.154	8.837.810
Controladas indiretas:											
M4Produtos	91,44	205.601	180.911	24.690	96.166	54.342	23.627	16.319	3.906	14.922	22.577
Me-S	100,00	1.262.628	765.146	497.482	1.409.591	285.224	(15.046)	(8.019)	(4.511)	(8.019)	497.482
Sielo	100,00	396.575	204.381	192.194	130.109	9.201	(57.889)	(75.582)	(29.513)	(75.582)	192.194
Controladas em conjunto indiretas:											
Prevsaude	40,95	15.012	1.423	13.589	6.095	4.161	3.391	2.921	437	1.196	5.565
Guilher	40,95	10.723	8.745	1.978	4.686	758	146	569	157	233	810

(i) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, no montante de R\$ 16.439.

(ii) Em 30 de setembro de 2019, a Cielo USA e a Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para Outras Obrigações – Provisão para obrigações com investidas

(iii) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.

Notas Explicativas

	31/12/2018		30/09/2018					30/09/2018		31/12/2018	
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Lucro bruto	Lucro operacional antes do resultado financeiro	Lucro líquido / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do trimestre	Equivalência patrimonial do período	Investimento
Controladas:											
Servinet	99,99	103.619	64.223	39.396	120.951	119.046	6.758	5.107	2.072	5.106	39.396
Multidisplay (i)	91,44	112.645	48.321	64.324	418.325	20.342	21.296	20.117	9.443	18.304	60.226
Braspag	99,99	46.787	5.311	41.476	27.339	15.125	4.146	3.247	2.349	3.247	41.476
Cielo USA (ii)	100,00	983.063	1.665.801	(682.738)	-	(73.571)	(40.593)	7.695	(21.720)	7.695	-
Cateno	70,00	12.910.720	704.371	12.206.349	1.976.253	812.482	724.855	532.391	135.439	372.413	8.544.444
Aliança	99,99	162.168	24.945	137.223	3.558	3.600	17.777	12.146	8.702	12.145	137.223
Subtotal Controladas em conjunto:									136.285	418.910	8.822.765
Orizon (iii)	40,95	333.784	28.693	305.091	106.820	36.668	14.739	18.674	(132)	8.001	119.055
Paggo (ii)	50,00	299	340	(41)	-	-	(42)	(42)	(7)	(21)	-
Subtotal									(139)	7.980	119.055
Total Controladora									136.146	426.890	8.941.820
Controladas indiretas:											
M4Produtos	91,44	145.041	111.216	33.825	94.472	56.535	24.233	17.143	15.676	5.729	30.929
Me-S	100,00	1.347.694	848.644	499.050	1.383.523	313.324	25.124	32.978	32.978	10.423	499.050
Sielo	100,00	314.277	196.444	117.833	16.196	(8.048)	(45.384)	(28.812)	(28.812)	(25.654)	117.833
Controladas em conjunto indiretas:											
Previsaide	40,95	16.709	1.355	15.354	6.585	4.700	4.201	3.726	564	1.526	6.287
Guilher	40,95	13.341	11.933	1.408	5.427	229	(320)	418	65	171	576

(i) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, no montante de R\$16.439.

(ii) Em 30 de setembro de 2018, a Cielo USA e a Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para Outras Obrigações – Diversas

(iii) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Investimento em 31 de dezembro de 2017	8.811.562	120.500
Constituição de provisão para obrigações com investidas (*)	(14.204)	(29.104)
Dividendos recebidos:		
Multidisplay	(27.446)	-
Cateno	(366.607)	-
Aporte de capital – Aliança	135.000	-
Aporte de capital – Stelo	-	55.105
Aquisição de participação – Stelo	-	85.126
Resultado com equivalência patrimonial	426.890	7.980
Amortização de ágio	(19.485)	-
Investimento em 30 de setembro de 2018	8.945.710	239.607
Investimento em 31 de dezembro de 2018	8.959.143	119.055
Constituição de provisão para obrigações com investidas (*)	102.931	20
Dividendos recebidos:		
Braspag	(20.673)	-
Multidisplay	(26.056)	-
Orizon	(2.060)	(2.060)
Servinet	(25.000)	-
Cateno	(339.420)	-
Resultado com equivalência patrimonial	188.154	7.059
Amortização de ágio	(17.323)	-
Integralização de capital – Aliança	18.114	-
Investimento em 30 de setembro de 2019	8.837.810	124.074

(*) Refere-se a investimento com patrimônio líquido negativo, reconhecido na rubrica de Outras obrigações – Provisões para obrigações com investidas.

10 Imobilizado

		Controladora			
		30/09/2019		31/12/2018	
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.875.930	(1.136.835)	739.095	433.466
Equipamentos de processamento de dados	20	176.346	(116.605)	59.741	45.674
Máquinas e equipamentos	10 - 20	28.410	(23.218)	5.192	4.849
Instalações	10	48.411	(19.401)	29.010	32.555
Móveis e utensílios	10	11.109	(4.970)	6.139	7.309
Veículos	20	1.320	-	1.320	-
Total		2.141.526	(1.301.029)	840.497	523.853
		Consolidado			
		30/09/2019		31/12/2018	
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.876.713	(1.137.236)	739.477	433.833
Equipamentos de processamento de dados	20	229.776	(159.899)	69.877	56.394
Máquinas e equipamentos	10 - 20	54.690	(37.593)	17.097	17.132
Instalações	10	107.370	(40.363)	67.007	60.994
Móveis e utensílios	10	20.322	(9.307)	11.015	12.441
Veículos	20	1.320	-	1.320	-
Total		2.290.191	(1.384.398)	905.793	580.794

Mudança na taxa anual de depreciação de equipamentos de captura (de 33% para 20% a.a.) – A partir de 2019, houve alteração na expectativa de vida útil para equipamentos de captura de transações de 3 para 5 anos. Após estudo realizado pela administração, a Sociedade constatou que os equipamentos que compõem seu parque instalado permanecem sendo utilizados, em média, 5 anos.

A movimentação do imobilizado nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018 é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora				
	31/12/2018	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	30/09/2019
Equipamentos de captura de transações	433.466	445.206	(18.530)	(121.047)	739.095
Equipamentos de processamento de dados	45.674	30.460	(110)	(16.283)	59.741
Máquinas e equipamentos	4.849	2.025	(39)	(1.643)	5.192
Instalações	32.555	81	-	(3.626)	29.010
Móveis e utensílios	7.309	57	(354)	(873)	6.139
Veículos	-	1.320	-	-	1.320
Total	523.853	479.149	(19.033)	(143.472)	840.497

	Controladora				
	31/12/2017	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	30/09/2018
Total	463.595	222.679	(2.855)	(212.161)	471.258

	Consolidado					
	31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciações	Variação cambial	30/09/2019
Equipamentos de captura de transações	433.833	445.494	(18.610)	(121.240)	-	739.477
Equipamentos de processamento de dados	56.394	34.797	(117)	(21.731)	534	69.877
Máquinas e equipamentos	17.132	3.482	(262)	(3.968)	713	17.097
Instalações	60.994	13.839	(21)	(7.805)	-	67.007
Móveis e utensílios	12.441	475	(379)	(1.543)	21	11.015
Veículos	-	1.320	-	-	-	1.320
Total	580.794	499.407	(19.389)	(156.287)	1.268	905.793

	Consolidado					
	31/12/2017	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	30/09/2018
Total	512.596	232.823	(2.999)	(222.836)	4.032	523.616

Em 30 de setembro de 2019 e de 2018, estão contabilizadas no imobilizado perdas estimadas de equipamentos de captura de transações, nos montantes de R\$ 9.661 e R\$ 3.537, respectivamente.

11 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	6.406	28.583
Outros ativos intangíveis	482.838	420.389	11.034.872	11.218.695
Total	482.838	420.389	11.041.278	11.247.278

a. Ágio na aquisição de investimentos

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas são registrados na rubrica de intangíveis no balanço consolidado, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Multisplay (a)	6.406	25.796
Braspag (b)	-	2.783
Total	6.406	28.579

Notas Explicativas

- (a) **Aquisição de controle – Multidisplay:** Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu por meio da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay pelo valor de R\$ 50.650, gerando ágio inicial de R\$ 31.348. No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012 a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, sendo que o benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$ 10.658 foi incorporado pela Multidisplay e o valor remanescente do ágio, em R\$ 20.690, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº349/01. O benefício fiscal é amortizado conforme sua realização e o ágio foi amortizado de acordo com o prazo do estudo de projeções de resultados futuros que o justificou.
- (b) **Aquisição de controle – Braspag** - Em maio de 2011, por meio da até então controlada direta Cielopar, a Sociedade adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag pelo valor de R\$ 40.000. O valor do investimento registrado contabilmente até então pela Cielopar, incluía ágio na aquisição das ações no montante de R\$ 39.343. No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Cielopar foi incorporada pela sua então controlada Braspag. O benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$ 13.377 foi incorporado pela Braspag e o valor remanescente do ágio, em R\$ 25.966, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº349/01. O benefício fiscal foi amortizado conforme sua realização e o ágio foi amortizado de acordo com o prazo do estudo de projeções de resultados futuros que o justificou. Em 30 de setembro de 2019 o valor do benefício fiscal e do ágio estão totalmente amortizados (R\$ 2.783 de benefício fiscal em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação do saldo de ágios nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	57.668
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(2.463)
Amortização do ágio do período	(19.485)
Saldo em 30 de setembro de 2018	35.720
Saldo em 31 de dezembro de 2018	28.579
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(4.850)
Amortização do ágio do período	(17.323)
Saldo em 30 de setembro de 2019	6.406

b. Outros ativos intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

	Taxa anual de amortização - %	Controladora			
		30/09/2019			31/12/2018
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20	934.726	(465.732)	468.994	420.262
Relacionamento com clientes	20	18.270	(4.426)	13.844	127
Total		952.996	(470.158)	482.838	420.389

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado			
		30/09/2019			31/12/2018
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Exploração – Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(1.767.944)	9.804.056	10.093.356
Software (b)	6,66 - 20	1.608.941	(891.390)	717.551	675.508
Relacionamento com clientes (c)	4 - 20	865.140	(518.090)	347.050	257.251
Desenvolvimento de projetos (d)	20	322.980	(178.684)	144.296	157.978
Acordo de não competição (e)	7,5 - 50	179.037	(164.161)	14.876	25.480
Contratos de serviços (f)	8 - 20	32.723	(25.754)	6.969	9.048
Marcas (g)	10	74	-	74	74
Total		14.580.895	(3.546.023)	11.034.872	11.218.695

- (a) **Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Sociedade e BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras via débito do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento. Por meio de Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria independente e elaborado com base na metodologia de Rentabilidade Futura, por meio do "Fluxo de Caixa Descontado", os direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, acima descritos, foram avaliados em R\$ 11.572.000 com vida útil definida em 30 anos. A amortização do ativo intangível é apropriada linearmente à taxa de 3,33% ao ano. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente.
- (b) **Software** - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da Me-S, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$ 223.300 (equivalente a US\$ 110.000). Para avaliar o valor justo da plataforma de

Notas Explicativas

prestados” na demonstração do resultado.

12 Obrigações por empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Debêntures privadas (a)	3.356.684	3.414.717	3.356.684	3.414.717
Debêntures públicas (b)	3.023.179	-	2.921.472	-
Cédula de crédito bancário - CCB (c)	2.764.811	-	2.764.811	-
Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds" (d)	405.967	1.824.423	2.104.494	3.388.832
Empréstimo em moeda estrangeira - Operação 4131 (e)	505.258	925.379	505.258	925.379
Financiamento de P&D	117.977	134.049	117.977	134.049
Total	10.173.876	6.298.568	11.770.696	7.862.977
Circulante	3.358.118	1.032.941	3.374.603	1.033.618
Não circulante	6.815.758	5.265.627	8.396.093	6.829.359
Total	10.173.876	6.298.568	11.770.696	7.862.977

(a) Debêntures Privadas

Em 27 de fevereiro de 2015, a Sociedade realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirográfrica, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. As remunerações das Debêntures Privadas contemplam juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros do DI, conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

Remuneração		
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o "Comitê de Transição" ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas. Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.

(b) Debêntures Públicas

Em junho de 2019, a Sociedade realizou a 5ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirográfrica, não conversíveis em ações e para distribuição pública nos termos da ICVM 476. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000, com data de vencimento em 18 de junho de 2022. O montante foi integralmente destinado ao reperfilamento de dívidas da companhia. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 103,8% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão das debêntures (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

As debêntures possuem "covenants" que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados trimestralmente.

(c) Cédula de Crédito Bancário (CCB)

De março de 2019 até 30 de setembro de 2019, a Sociedade captou R\$ 11,4 milhões por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) com taxas que variam entre 104,3% e 106,0% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com prazo médio de 28 dias. No mesmo período supracitado, foi liquidado o montante de R\$ 8,6 milhões, ficando com saldo em aberto de R\$ 2,8 milhões.

(d) Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds"

Em novembro de 2012, a Sociedade e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de "bonds" no valor total de US\$ 875 milhões, sendo US\$ 470 milhões emitidos pela Sociedade e US\$ 405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da Me-S. Com relação à Sociedade, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro. O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal será pago em novembro de 2022. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses "bonds" (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. Não há cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de "bonds".

Em junho de 2019, ocorreu a recompra parcial dos "Bonds" da parcela emitida pela Sociedade, no valor de US\$ 372,9 milhões, sendo o saldo devedor remanescente de US\$ 97 milhões na Controladora e US\$ 405 milhões na Cielo USA.

(e) Operação 4.131

A Sociedade possui uma linha de crédito junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - "BTMU" para captação em dólar ao equivalente a R\$ 1.000.000. O contrato possui validade de um ano sendo renovado em 31 de agosto de cada exercício. Em conjunto com o referido empréstimo, a Sociedade contrata um Swap para proteção de oscilações relacionadas à variação cambial, sendo a ponta passiva equivalente à taxa média diária de juros dos DI.

Em 30 de agosto de 2019, foi renovada a operação junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - "BTMU" no valor de US\$121.000, equivalente a R\$ 504.328 que contempla juros remuneratórios pré-fixados de 2,43% ao ano para o período de 30/08/2019 à 27/02/2020 e 2,23% ao ano para período de 28/02/2020 até vencimento do contrato em 27/08/2020. Adicionalmente, a Sociedade contratou Swap com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a ponta passiva, considerados todos os custos da operação, equivalentes a 104,15% da taxa média diária de juros dos DI. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratados possuem datas de liquidação em 27/11/2019, 27/02/2020, 27/05/2020 e 27/08/2020, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo.

Notas Explicativas

Os empréstimos obtidos junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd possuem “covenants” que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados anualmente.

A Sociedade e suas controladas cumpriram o índice financeiro relacionado às cláusulas restritivas de seus empréstimos e financiamentos descritos acima.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.911.224	9.245.353
Novas captações	1.000.000	1.000.000
Pagamento de principal	(3.033.944)	(3.033.944)
Variação cambial (principal e juros)	562.515	815.981
Ajuste de marcação a mercado (MtM)	33.859	33.859
Juros provisionados e encargos apropriados	306.599	350.271
Juros pagos	(391.757)	(391.757)
Amortização de custos de emissão de dívidas	941	941
Saldo em 30 de setembro de 2018	6.389.437	8.020.704
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.298.568	7.862.977
Novas captações	13.594.538	13.594.538
Pagamento de principal	(9.774.731)	(9.774.953)
Variação cambial (principal e juros)	83.961	102.117
Ajuste de marcação a mercado (MtM)	3.856	3.856
Juros provisionados e encargos apropriados	309.543	353.945
Juros pagos	(315.529)	(345.454)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(32.708)	(32.708)
Amortização de custos de emissão de dívidas	6.378	6.378
Saldo em 30 de setembro de 2019	10.173.876	11.770.696

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo exigível a longo prazo

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificado como não circulante em 30 de setembro de 2019, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2020	5.639	5.639
2021	22.556	22.556
2022	3.427.128	5.012.002
2023	3.359.681	3.359.681
2024	22.556	22.556
Total de empréstimos e financiamentos	6.837.560	8.422.434
Apropriação de custos na emissão de dívidas	(21.802)	(26.341)
Total	6.815.758	8.396.093

13 Outras obrigações - Diversas - Contas a pagar a estabelecimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Contas a pagar a clientes (a)	55.453.199	52.878.277	55.667.674	52.878.277
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)	-	-	556.035	607.416
Cauções de clientes (c)	-	-	115.494	145.894
Total	55.453.199	52.878.277	56.339.203	53.631.587

- (a) Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito e de débito a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Sociedade, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Cielo e bancos emissores.
- (b) Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais - Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes a transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.
- (c) Cauções de clientes - A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

Notas Explicativas

Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

14 Provisões, ativos e passivos contingentes

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, como segue:

	Controladora					30/09/2019
	31/12/2018	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	
Tributárias	1.615.018	56.159	-	5.519	-	1.676.696
Cíveis	40.783	27.408	(15.308)	2.931	(5.182)	50.632
Trabalhistas	99.431	15.146	(14.438)	1.680	(4.280)	97.539
Total	1.755.232	98.713	(29.746)	10.130	(9.462)	1.824.867
	31/12/2017	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	30/09/2018
Total	1.724.985	56.327	(43.214)	5.124	(11.963)	1.731.259
	Consolidado					30/09/2019
	31/12/2018	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	
Tributárias	1.623.633	56.615	(1.885)	5.519	-	1.683.882
Cíveis	42.075	28.186	(15.994)	2.931	(5.182)	52.016
Trabalhistas	116.489	17.540	(16.460)	1.730	(4.995)	114.304
Total	1.782.197	102.341	(34.339)	10.180	(10.177)	1.850.202
	31/12/2017	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	30/09/2018
Total	1.741.317	68.830	(45.006)	5.123	(12.564)	1.757.700

- (a) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.
- (b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade.
- (c) Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, a Sociedade, por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivou a liquidação de 205 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 10.179.

Processos tributários

Os saldos a seguir correspondem à provisão para riscos tributários, decorrentes de divergência de interpretação em relação às autoridades fiscais e respectivos depósitos judiciais:

Notas Explicativas

Provisão para Riscos Tributários – Principais processos	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
COFINS - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
ISS (LC 157/16) (b)	20.688	19.744	20.688	19.744
PIS/COFINS sobre PIS/COFINS (c)	17.870	2.868	17.870	2.868
Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM (d)	17.398	17.398	17.398	17.398
ISS sobre PIS/COFINS (e)	12.441	8.587	12.441	8.587
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (f)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (g)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	73.217	31.339	80.403	39.618
Total	1.676.696	1.615.018	1.683.882	1.623.297

Depósitos judiciais - Principais processos tributários	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
COFINS - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (c)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (d)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	19.069	19.923	25.088	23.356
Total	1.554.151	1.555.005	1.560.170	1.558.438

- (a) **Cofins - Regime não Cumulativo** - a Sociedade, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, efetuando o depósito judicial dos valores apurados mensalmente e registrando a diferença entre os regimes cumulativo e não cumulativo como provisão para riscos. Em maio de 2017, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.122/RS – com repercussão geral reconhecida em relação à matéria suscitada e resultado desfavorável aos contribuintes –, a Sociedade decidiu por cessar a realização dos depósitos em juízo, passando a recolher os tributos e se beneficiar da dedutibilidade a que alude o Decreto nº 3.000/99 e a Instrução Normativa nº 1.700/17. O mandado de segurança, entretanto, permanece aguardando decisão em instância superior para solução definitiva da lide, em decorrência do acórdão ainda não publicado nos autos do Recurso Extraordinário. Em 30 de setembro de 2019, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 1.517.142.
- (b) **ISS (LC 157/16)** - Com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 157/16, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (“ISS”) passou a ser devido, a partir de janeiro de 2018, no município onde os estabelecimentos comerciais, tomadores dos serviços relativos a meios de pagamento, estão domiciliados. Em março de 2018, no entanto, a eficácia do 1º artigo da LC nº 157/16 foi suspensa em decorrência de liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”). Diante da insegurança jurídica ocasionada pela Lei Complementar em questão no período de vigência, a Sociedade constituiu provisão para riscos em relação ao suposto valor devido aos demais municípios da Federação. Em 30 de setembro de 2019, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 20.688.
- (c) **PIS/COFINS sobre PIS/COFINS** - A Sociedade, em outubro de 2018, impetrou mandado de segurança com pedido de liminar objetivando a suspensão da exigibilidade do crédito decorrente da inclusão da contribuição ao PIS e à COFINS em suas respectivas bases de cálculo. A medida liminar foi deferida em novembro de 2018, restando declarada a suspensão da exigibilidade das contribuições e, desde então, a Sociedade vem constituindo provisão do valor correspondente, enquanto aguarda ulterior decisão em definitivo. Em 30 de setembro de 2019, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 17.870.
- (d) **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 30 de setembro de 2019, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 17.398.
- (e) **ISS sobre PIS/COFINS** - A Sociedade, em abril de 2017, impetrou mandado de segurança com pedido de liminar objetivando a exclusão do valor correspondente ao ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A medida liminar foi deferida em junho de 2017, restando declarada a suspensão da exigibilidade das contribuições e, desde então, a Sociedade vem constituindo provisão do valor correspondente, enquanto aguarda ulterior decisão em definitivo. Em 30 de setembro de 2019, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 12.441.
- (f) **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das “estimativas” de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Em 1ª instância judicial, foi proferida sentença julgando improcedente a ação anulatória. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso de apelação da empresa. Em 30 de setembro de 2019, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 10.895.
- (g) **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a Sociedade compensou o saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 30 de setembro de 2019, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 7.045.

Adicionalmente, em dezembro de 2018, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir o recolhimento de PIS e Cofins sob à alíquota de 9,25% sobre as receitas decorrentes da aquisição de recebíveis (“ARV”), relativamente aos anos-calendário 2014 e 2015, no montante atualizado de R\$ 685.572. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Sociedade, a classificação do risco de perda foi estabelecida como remota.

A Administração da Sociedade, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Notas Explicativas

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 30 de setembro de 2019, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 50.632 na controladora e R\$ 52.016 no consolidado (R\$ 40.783 na controladora e R\$ 41.946 no consolidado em 31 de dezembro de 2018), e o saldo de depósito judicial em 30 de setembro de 2019 é de R\$ 13.674 na controladora e R\$ 14.015 no consolidado (R\$ 11.473 na controladora e R\$ 11.487 no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

A Administração da Sociedade, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2019, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas que, em 30 de setembro de 2019, incluíam 564 ações trabalhistas contra a Sociedade e 65 contra as controladas, totalizando 629 ações (538 ações trabalhistas contra a Sociedade e 61 contra as controladas, totalizando 599 ações em 31 de dezembro de 2018). Dentre essas ações em 30 de setembro de 2019, 236 foram movidas por ex-empregados (204 em 31 de dezembro de 2018) e as 393 restantes (395 em 31 de dezembro de 2018) foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Via de regra, somente após decisão judicial de 1ª ou 2ª instâncias, as ações são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

Em 30 de setembro de 2019, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 97.539 na controladora e R\$ 114.304 no consolidado (R\$ 99.431 na controladora e R\$ 116.335 no consolidado em 31 de dezembro de 2018), e o saldo de depósito judicial é de R\$ 60.428 na controladora e R\$ 70.777 no consolidado (R\$ 57.745 na controladora e R\$ 67.452 no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

A Administração da Sociedade, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 71,1% de referidas provisões para riscos trabalhistas ocorrerá em até 5 anos, e 28,9% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2019, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Tributárias	136.304	139.617	140.052	149.268
Cíveis	314.372	206.592	320.120	207.633
Trabalhistas	55.148	91.575	69.022	107.839
Total	505.824	437.784	529.194	464.740

b. Depósitos judiciais

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	Controladora			
	31/12/2018	Adições	Baixas	30/09/2019
Tributários	1.555.005	-	(854)	1.554.151
Cíveis	11.473	2.203	(2)	13.674
Trabalhistas	57.745	2.683	-	60.428
Total	1.624.223	4.886	(856)	1.628.253
	31/12/2017	Adições	Baixas	30/09/2018
Total	1.610.072	11.849	(113)	1.621.808

	Consolidado			
	31/12/2018	Adições	Baixas	30/09/2019
Tributários	1.558.438	2.586	(854)	1.560.170
Cíveis	11.487	2.530	(2)	14.015
Trabalhistas	67.452	3.325	-	70.777
Total	1.637.377	8.441	(856)	1.644.962
	31/12/2017	Adições	Baixas	30/09/2018
Total	1.621.861	12.558	(130)	1.634.289

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 30 de setembro de 2019 é de R\$ 5.700.000 (R\$ 5.700.000 em 31 de dezembro de 2018) representado por 2.716.815.061 ações ordinárias todas subscritas e integralizadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 30 de setembro de 2019 é de 2.712.706.761 (2.714.233.626 ações em 31 de dezembro de 2018).

O capital social da Sociedade pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 30 de setembro de 2019 é de R\$ 74.364 (R\$ 71.255 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

c. Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou novos Planos de Recompra de Ações da Sociedade (“Planos”), mediante o qual a Sociedade pode adquirir o total de até 2.170.000 (dois milhões e cento e setenta mil) de ações ordinárias, sendo que, no primeiro Plano poderiam ser adquiridas até 1.100.000 (um milhão e cem mil) ações ordinárias com prazo de vigência entre 1º de março de 2019 e 10 de março de 2019 e no segundo Plano poderiam ser adquiridas até 1.070.000 (um milhão e setenta mil) ações ordinárias com prazo de vigência entre 1º de agosto de 2019 e 10 de agosto de 2019. Adicionalmente em reunião realizada em 21 de agosto de 2019, o Conselho de Administração aprovou a aquisição complementar de 400.000 (quatrocentas mil) ações ordinárias, com prazo de vigência entre 02 de setembro de 2019 e 10 de setembro de 2019. Essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica “Reserva de Capital” apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução CVM nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações	Valor	Custo médio R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.581.435)	(50.578)	19,59
Recompra em março	(1.100.000)	(11.758)	16,93
Venda em março	224.533	3.802	16,93
Venda em abril	196.866	3.333	16,93
Venda em julho	584.175	9.892	16,93
Recompra em agosto	(1.070.000)	(8.247)	14,67
Recompra em setembro	(363.000)	(2.824)	13,72
Venda em setembro	561	8	13,72
Saldo em 30 de setembro de 2019	(4.108.300)	(56.372)	13,72

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e de benefícios pós emprego. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Variação cambial sobre investimento no exterior	1.467	59.622
Benefício pós-emprego	(5.556)	-
Total	(4.089)	59.622

e. Reserva de lucros - legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 30 de setembro de 2019 é de R\$ 1.116.632 (R\$ 1.049.745 em 31 de dezembro de 2018).

f. Reserva de lucros - orçamento de capital

Em reunião realizada em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, conforme recomendação do Comitê de Auditoria. Em seguida, as referidas Demonstrações Financeiras foram apreciadas pelo Conselho Fiscal, o qual opinou favoravelmente por sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas e, em 18 de abril de 2019, as referidas foram aprovadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”).

Em reunião realizada em 29 de outubro de 2019, o Conselho de Administração aprovou as informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre e ao período de 9 meses findos 30 de

Notas Explicativas

setembro de 2019. A reserva de orçamento de capital foi complementada pelo lucro líquido do período de nove meses, já deduzidos os montantes destinados à constituição da reserva legal e à distribuição de proventos intercalares, totalizando o saldo de R\$ 2.467.419 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 1.824.726 em 31 de dezembro de 2018).

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da AGO. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Em reuniões realizadas em 20 de março e 23 de abril de 2019, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos, nos montantes de R\$ 147.800 e R\$ 216.973, respectivamente, que somados totalizam R\$ 364.773, equivalentes a 70% do lucro líquido após a constituição da reserva legal, do 1º trimestre de 2019, os quais foram pagos aos acionistas em 27 de junho de 2019.

Em reuniões realizadas em 24 de junho e 23 de julho de 2019, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos referentes ao 2º trimestre de 2019, no montante de R\$ 136.100 e R\$ 7.194, respectivamente, que foram pagos em 27 de setembro de 2019. Os proventos deliberados, líquidos da retenção de impostos, representam 30% do lucro líquido, após a constituição de reserva legal, do 2º trimestre de 2019.

Em reuniões realizadas em 19 de setembro de 2019 e 29 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio referentes ao 3º trimestre de 2019, no montante de R\$ 120.100, que serão pagos em 18 de novembro de 2019. Os proventos deliberados, líquidos da retenção de impostos, representam 30% do lucro líquido, após a constituição de reserva legal, do 3º trimestre de 2019.

h. Capital Regulatório

A Circular do Banco Central nº 3.681/13 determina que as instituições de pagamentos credenciadoras devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses.

Em 30 de setembro de 2019, a Sociedade mantém o capital mínimo regulatório exigido.

Notas Explicativas

16 Lucro líquido por ação

a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2018	2.714.233.626
Recompra de ações – Março	(1.100.000)
Recompra de ações – Agosto	(1.070.000)
Recompra de ações – Setembro	(363.000)
Exercício de opção de compra de ações e ações restritas:	
Março	224.533
Abril	196.866
Julho	584.175
Setembro	561
Total	2.712.706.761

b. Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	Controladora			
	Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	358.063	740.779	1.337.747	2.382.418
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.715.966	2.718.970	2.712.707	2.714.234
Lucro por ação (em R\$) - Básico	0,13184	0,27245	0,49314	0,87775

Lucro por ação diluído

	Controladora			
	Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	358.063	740.779	1.337.747	2.382.418
Denominador diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.715.966	2.718.970	2.712.707	2.714.234
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	3.985	2.696	3.985	2.696
Total (em milhares)	2.719.951	2.721.666	2.716.692	2.716.930
Lucro por ação (em R\$) - diluído	0,13164	0,27218	0,49242	0,87688

17 Receita operacional líquida

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Receita operacional bruta	1.395.523	1.747.844	4.463.187	5.405.009	3.080.837	3.256.652	9.220.780	9.602.607
Impostos sobre serviços	(141.441)	(178.933)	(453.032)	(584.284)	(281.019)	(294.400)	(848.569)	(928.365)
Total	1.254.082	1.568.911	4.010.155	4.820.725	2.799.818	2.962.252	8.372.211	8.674.242

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard, do aluguel de equipamentos de captura e da prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de crédito de telefonia fixa e celular.

Notas Explicativas

18 Despesas por natureza

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado classificada por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Despesas com pessoal	(119.668)	(109.580)	(368.586)	(321.788)	(246.363)	(200.548)	(742.852)	(586.678)
Depreciações e amortizações	(95.013)	(92.432)	(251.217)	(282.397)	(299.354)	(253.389)	(767.668)	(716.074)
Serviços profissionais	(130.969)	(128.284)	(371.730)	(291.466)	(70.537)	(10.532)	(193.305)	(157.903)
Gastos com aquisição (a)	(570.593)	(544.181)	(1.746.788)	(1.647.810)	(1.320.662)	(1.272.861)	(3.949.377)	(3.654.794)
Vendas e marketing (b)	(62.222)	(73.966)	(191.654)	(201.403)	(122.776)	(138.335)	(373.775)	(378.134)
Custo com créditos de celulares em controlada (c)	-	-	-	-	(269.489)	(144.662)	(709.419)	(398.887)
Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS	(14.897)	9.660	(37.592)	15.220	(28.113)	(29.284)	(80.973)	37.052
Total	(993.362)	(938.783)	(2.967.567)	(2.729.644)	(2.357.294)	(2.049.611)	(6.817.369)	(5.855.418)
Classificadas como:								
Custo dos serviços prestados	(641.374)	(622.001)	(1.897.836)	(1.870.111)	(1.835.580)	(1.611.757)	(5.241.161)	(4.614.444)
Despesas com pessoal	(76.315)	(65.818)	(240.859)	(192.802)	(182.186)	(139.321)	(551.591)	(407.909)
Despesas gerais e administrativas	(128.936)	(94.675)	(368.991)	(275.338)	(110.538)	(81.741)	(320.740)	(247.785)
Vendas e marketing	(62.222)	(73.966)	(191.654)	(201.403)	(122.776)	(138.335)	(373.775)	(378.134)
Outras despesas operacionais, líquidas	(84.515)	(82.323)	(268.227)	(189.990)	(106.214)	(78.457)	(330.102)	(207.146)
Total	(993.362)	(938.783)	(2.967.567)	(2.729.644)	(2.357.294)	(2.049.611)	(6.817.369)	(5.855.418)

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de marketing e vendas incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing, incentivos de vendas a parceiros e ações comerciais para novos credenciamentos de clientes.
- (c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a crédito de minutos para celulares vendidos pela controlada direta Multidisplay.

19 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Perdas com créditos incobráveis, <i>chargeback</i> e fraude (a)	(83.895)	(42.012)	(219.189)	(157.530)	(102.779)	(48.851)	(267.727)	(178.304)
Provisão para riscos, líquida (b)	(14.639)	(41.711)	(45.196)	(38.942)	(16.671)	(47.237)	(51.180)	(46.358)
Baixas/provisões e (reversões) para perdas do imobilizado (c)	11.712	1.311	(17.027)	(926)	11.712	1.311	(17.027)	(926)
Outras	2.307	89	13.185	7.408	1.524	16.320	5.832	18.442
Total	(84.515)	(82.323)	(268.227)	(189.990)	(106.214)	(78.457)	(330.102)	(207.146)

- (a) Perdas com fraude estão relacionadas às perdas operacionais decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais.
- (b) Provisão para risco está relacionada com a movimentação no saldo de provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis (nota explicativa 14).
- (c) Perdas com imobilizado estão relacionadas aos valores baixados decorrentes de perdas de equipamentos de captura e com a constituição de provisão para perda.

20 Compromissos

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

Notas Explicativas

a. Contratos de aluguel

Em 30 de setembro de 2019, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Até 1 ano	13.398
De 1 ano a 5 anos	54.708
Total	<u>68.106</u>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b. Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e “back office”

Em 30 de setembro de 2019, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, “back office” e televendas são os seguintes:

Até 1 ano	252.946
De 1 ano a 5 anos	245.769
Total	<u>498.715</u>

Os contratos de central de atendimento, de captura e processamento de transações assim como os contratos de telecomunicações e “back office” não preveem multa rescisória.

21 Benefícios a empregados

Benefícios pós-emprego

A Sociedade possui um passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 30 de setembro de 2019 é de R\$ 17.598 (R\$ 7.728 em 31 de dezembro de 2018).

Previdência Complementar

A Sociedade e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, em despesas de contribuições no montante de R\$ 6.663 (R\$4.765 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$63.208 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 (R\$46.660 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018).

A Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, *e-learning*s, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

22 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e

Notas Explicativas

administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018 foram registrados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Colaboradores	50.970	40.912	73.701	57.482
Diretores estatutários	10.710	4.386	12.041	5.454
Total	61.680	45.298	85.742	62.936

23 Remuneração de administradores e Conselho Fiscal

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos períodos são como seguem:

	Período de três meses					
	30/09/2019			30/09/2018		
	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total
Diretores estatutários	2.302	5.135	7.437	1.837	2.428	4.265
Conselho de administração	678	-	678	738	-	738
Total	2.980	5.135	8.115	2.575	2.428	5.003

	Período de nove meses					
	30/09/2019			30/09/2018		
	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total
Diretores estatutários	7.296	12.862	20.158	6.191	7.423	13.614
Conselho de administração	2.033	-	2.033	1.887	-	1.887
Total	9.329	12.862	22.191	8.078	7.423	15.501

(*) Saldo corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, e não contempla o Plano de ações e opções de ações (conforme nota explicativa nº 24).

A remuneração global anual dos Administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) e Conselho Fiscal em 2019, fixada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de abril de 2019, foi de R\$49.000 (R\$ 47.000 para o exercício de 2018), já contemplados os tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável.

Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual aprovada para o exercício corrente foi de R\$515 (R\$ 515 para o exercício de 2018).

24 Plano de opção de compra de ações e de ações restritas

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

No limite do capital autorizado, a Sociedade pode outorgar ações ou opções de ação de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Sociedade. Poderão ser outorgadas opções de compra de ações ou ações restritas, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou alterações no

Notas Explicativas

Plano, com a introdução da possibilidade dos elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos, sendo que o exercício das opções e/ou ações restritas poderá ser realizado 50% após dois anos e 50% após três anos.

Em 18 de abril de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários. O plano outorgado passou a ter sua carência faseada em quatro parcelas para os executivos, sendo 25% após um ano, 25% após dois anos; 25% após três anos e 25% após quatro anos. Para os colaboradores, o plano passou a ter sua carência faseada em duas parcelas, sendo 50% após três anos e 50% após quatro anos.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 22 de junho de 2011, 20 de junho de 2012, 19 de junho de 2013, 25 de junho de 2014, 24 de junho de 2015, 29 de junho de 2016, 28 de junho de 2017, 20 de junho de 2018 e 26 de junho de 2019 foram aprovadas a quarta, quinta, sexta, sétima, oitava, nona, décima, décima primeira e décima segunda outorgas de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações restritas, respectivamente.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de fevereiro de 2012, foi aprovado o plano de retenção anual para os executivos e talentos da Sociedade na forma de programa de “*Restricted Shares*”, denominado como Sócio Cielo. Esse programa tem como objetivo minimizar o risco de perda dos executivos da Sociedade e ainda fortalecer o comprometimento destes com os resultados de longo prazo. O programa Sócio Cielo de 2012 a 2016 teve duração de dois anos. A partir de 2017, o programa passou a ter sua carência faseada em três parcelas, sendo 33% após um ano, 33% após dois anos e 33% após três anos. As transferências das ações estão condicionadas a permanência do executivo na Sociedade.

Em reuniões do Conselho da Administração em 26 de fevereiro de 2014, 25 de fevereiro de 2015, 27 de janeiro de 2016, 26 de janeiro de 2017, 23 de fevereiro de 2018 e 20 de Abril de 2019 foram deliberados os planos Sócio Cielo 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 - “*Restricted shares*”, outorgados em março dos mesmos anos.

Em 30 de setembro de 2019, a posição dos planos de opção de compra de ações e ações restritas é a seguinte:

Data de outorga	Quantidade de ações				Valor justo das ações restritas (R\$ por ação)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Saldo	
Julho de 2017	828.878	(505.641)	(67.226)	256.011	23,26
Março de 2018	437.187	(84.275)	(157.754)	195.158	25,32
Julho de 2018	901.888	(624.143)	(43.362)	234.383	16,77
Março de 2019	995.372	-	(101.973)	893.399	10,89
Julho de 2019	2.419.297	(13.073)	-	2.406.224	6,73
Total	5.582.622	(1.227.132)	(370.315)	3.985.175	

A partir do exercício de 2015, a Sociedade optou pela utilização do modelo binomial para a precificação das opções.

O valor justo das opções e das ações está sendo apropriado ao resultado do exercício e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de 36 meses (para os planos Sócio Cielo de 2017, 2018 e 2019 e para os planos de ações restritas de 2016, 2017 e 2018) e de até 48 meses (para o plano de ações restritas de 2019).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, foi reconhecida provisão de R\$ 20.144 líquida dos encargos (R\$ 17.752 em 30 de setembro de 2018), tendo como contrapartida

Notas Explicativas

a rubrica “Despesas com pessoal”. Desses montantes, correspondem à parcela de diretores estatutários o montante de R\$ 7.472, líquido dos encargos (R\$ 5.386 em 30 de setembro de 2018).

Foram exercidas 1.006.135 ações no valor de R\$ 17.035 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 (1.133.644 ações no valor de R\$ 15.427 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018), sendo a movimentação de ações restritas outorgadas registrada na rubrica “Reserva de capital” no patrimônio líquido, em 30 de setembro de 2019, o montante de R\$ 3.109 (R\$ 2.325 em 30 de setembro de 2018).

25 Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	1.330	30.865	10.787	116.333	39.024	92.681	125.913	271.398
Outras receitas financeiras	13.550	2.925	20.425	5.560	15.501	4.699	26.279	9.401
PIS e COFINS (b)	(692)	(1.572)	(1.454)	(5.683)	(2.338)	(3.094)	(6.192)	(9.858)
Total	14.188	32.218	29.758	116.210	52.187	94.286	146.000	270.941
Despesas financeiras:								
Juros e encargos sobre empréstimos	(143.862)	(70.627)	(348.065)	(260.580)	(165.415)	(86.067)	(413.438)	(302.765)
Participação de terceiros – FIDC Plus	-	-	-	-	(32.522)	(35.569)	(99.031)	(104.760)
Juros sobre provisões para riscos	(3.945)	(2.086)	(10.130)	(5.108)	(4.612)	(2.569)	(11.722)	(6.318)
Outras despesas financeiras	(13.656)	(13.678)	(25.049)	(19.350)	(15.718)	(14.086)	(30.102)	(20.696)
Total	(161.463)	(86.391)	(383.244)	(285.038)	(218.267)	(138.291)	(554.293)	(434.539)
Rendimento FIDCs:								
Aquisição de recebíveis (a)	273.493	362.198	834.051	1.233.099	300.444	368.569	917.519	1.277.569
Outros direitos creditórios	-	-	-	-	3.407	-	3.436	-
PIS e COFINS (b)	(12.717)	(16.842)	(38.783)	(57.339)	(12.717)	(16.842)	(38.783)	(57.339)
Total	260.776	345.356	795.268	1.175.760	291.134	351.727	882.172	1.220.230
Variação cambial, líquida	(1.960)	(84.575)	26.678	(378.351)	(1.945)	(84.578)	26.680	(378.339)
Total	111.541	206.608	468.460	628.581	123.109	223.144	500.559	678.293

- (a) Na Controladora, o saldo corresponde aos rendimentos do FIDC Plus. No consolidado, o saldo corresponde à aquisição de recebíveis líquida do ajuste “*pro rata temporis*”, composta pela receita oriunda do volume de recebíveis adquiridos de transações de crédito à vista e parcelado pelo FIDC Plus, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.
- (b) Despesas de PIS e COFINS sobre receitas financeiras auferidas pela Sociedade, sob às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. As despesas incorridas no período foram agrupadas nos grupos de “Receitas Financeiras” e “Aquisição de Recebíveis”, na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.

26 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Notas Explicativas

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários).

A Cielo mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente a 2% da média mensal das transações de pagamento (vide nota explicativa 15). Não há requerimento de manutenção de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo.

A partir da concessão da autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento pelo BACEN, em 27 de abril de 2017, a Cielo passou a estar sujeita ao cumprimento de regras que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de patrimônio líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma instituição financeira.

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Dívida (i)	(10.173.876)	(6.298.568)	(11.770.696)	(7.862.977)
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	30.707	(75.692)	30.707	(75.692)
Disponibilidades	15.645	36.880	411.271	433.961
Aplicações interfinanceiras	-	-	244.477	236.173
Títulos e valores mobiliários (exceto FIDCs)	6.086	90.784	2.222.482	2.232.912
Dívida líquida	(10.121.438)	(6.246.596)	(8.861.759)	(5.035.623)
Patrimônio líquido (iii)	9.297.954	9.364.270	12.956.404	13.030.274
Índice de endividamento líquido	108,86%	66,71%	68,40%	38,65%

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa 12.

(ii) Instrumento financeiro derivativo compreende a posição do contrato de "swap" e de "NDF", mencionados na nota explicativa 6.

(iii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

b. Risco de crédito

Na operação de aquisição da Cielo, seu risco primário se resume à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartão, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento à Sociedade dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, para que a Cielo possa, então, efetuar o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Também há para a Sociedade um risco residual relativo a possível inadimplência dos portadores de cartão junto ao emissor em situação de "default".

Tais riscos primário e residual podem ou não existir para a Cielo, dependendo do modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores de cartões e aos credenciadores.

Cada bandeira possui o seu sistema de garantias próprio, os quais encontram-se discriminados em seus regulamentos. Tendo em vista a variação do modelo de garantias e do grau de risco imputados às credenciadoras, a Sociedade avalia e gerencia tais riscos conforme o modelo de cada bandeira, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão. Ressalta-se que nos termos da Circular BACEN nº 3.682/13, as bandeiras (denominadas "Instituidora do Arranjo de Pagamentos" na regulamentação aplicável), submeteram seus respectivos regulamentos para apreciação do BACEN, os quais encontram-se sob análise. Dessa forma, o risco de crédito da Sociedade pode sofrer modificações, a depender do regulamento das bandeiras a ser oportunamente aprovado e divulgado.

Também há para a Sociedade risco de perdas com *chargeback* nas operações de aquisição de recebíveis (ARV) junto aos estabelecimentos comerciais credenciados, em especial aqueles que efetuam vendas diferidas (com entrega futura de bens e/ou serviços). Para mitigação desse risco,

Notas Explicativas

a Sociedade adota procedimentos de análise de risco e controle que impedem que o estabelecimento comercial possa antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Sociedade e controladas.

Em sua operação, a Sociedade também tem risco com Subcredenciadores afiliados, à medida que estes podem não repassar aos seus estabelecimentos afiliados os valores recebidos da Cielo referentes às transações de cartão. Tal risco é mitigado pelas disposições constantes do termo de adesão ao contrato de credenciamento ao sistema Cielo que prevê que os Subcredenciadores assumem a responsabilidade de repassar os valores aos seus afiliados, isentando a Cielo de qualquer responsabilidade. A Sociedade também adota procedimento de análise de risco e controle que impedem que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Sociedade. Ademais a Sociedade pode, conforme o caso, solicitar garantias como fiança bancária, títulos públicos federais e depósito em conta para a cobertura de seu risco.

A Sociedade possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras registradas nas rubricas de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber com bancos emissores que totalizam R\$ 76.573.047 na controladora e R\$ 70.745.522 no consolidado (R\$ 68.993.021 na controladora e R\$ 65.198.058 no consolidado em 31 de dezembro de 2018), como segue:

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Disponibilidades	4	15.645	36.880	411.271	433.961
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	-	244.477	236.173
Títulos e valores mobiliários	6	9.204.479	7.261.906	2.222.482	2.232.912
Instrumentos financeiros derivativos	6	59.241	75.692	59.241	75.692
Contas a receber com bancos emissores	7	67.293.682	61.618.543	67.808.051	62.219.320
Total		76.573.047	68.993.021	70.745.522	65.198.058

c. Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

d. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Política de uso de derivativos

Conforme política interna, o resultado financeiro da Sociedade deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio, e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos aos quais está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo a descoberto.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos expostos a riscos.

e. Risco de taxa de câmbio

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Grupo.

A Sociedade faz algumas transações em moeda estrangeira, representada por transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Sociedade é feita em moeda estrangeira) e por empréstimos e financiamentos. A Sociedade dispõe de operações de proteção contra oscilação

Notas Explicativas

de moedas que consistem na pré-venda dos dólares norte-americanos, em estruturas de *hedge* e na contratação de derivativos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Em 31 de agosto de 2012, a Sociedade adquiriu o controle da Me-S, por meio da “*holding*” Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas em sua moeda funcional, o dólar norte-americano. O resultado de variação cambial sobre esses investimentos em 30 de setembro de 2019 totalizou uma perda de R\$ 58,2 milhões (R\$ 110,8 milhões em 2018). Essa variação cambial foi reconhecida no resultado abrangente, diretamente no patrimônio líquido.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Sociedade está exposta principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor.

Em 30 de setembro de 2019, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	30/09/2019					
	Controladora			Consolidado		
	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Resultado (i)	197	491	983	118.626	296.566	593.131
Patrimônio líquido (i)	111.222	278.054	556.108	281.634	704.084	1.408.169

	30/09/2018					
	Controladora			Consolidado		
	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Resultado (i)	125.337	313.342	626.684	123.209	308.023	616.046
Patrimônio líquido (i)	125.103	312.757	625.513	381.069	952.673	1.905.346

(i) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em dólares norte-americanos no fim de cada período de relatório.

f. Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados do Grupo estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, o Grupo aplica seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. O Grupo opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

g. Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

h. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: Cetip). Em 30 de setembro de 2019, os saldos expostos à variação do DI referente às aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários (exceto FIDCs) e disponibilidades são R\$ 21.731 (R\$ 1.672.487 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 2.633.753 (R\$ 2.874.424 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado e empréstimos e financiamentos R\$ 9.144.674 (R\$ 3.414.717 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 9.042.967 (R\$ 3.414.717 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado. Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas ou despesas, conforme segue:

	Controladora					
	30/09/2019			30/09/2018		
	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Aplicações financeiras	2.684	6.709	13.418	12.067	30.168	60.335
Empréstimos e financiamentos	(26.127)	(65.317)	(130.635)	(20.649)	(51.622)	(103.244)

	Consolidado					
	30/09/2019			30/09/2018		
	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Aplicações financeiras	14.196	35.491	70.982	27.574	68.934	137.868
Empréstimos e financiamentos	(25.966)	(64.916)	(129.832)	(20.837)	(52.092)	(104.185)

27 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade e suas controladas operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores que fazem parte de conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4Produtos, Cateno, Braspag, Aliança e Stelo.

A Sociedade e suas controladas, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade e suas controladas destacam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“*arm’s-length basis*”).

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade e suas controladas participam, bem como as movimentações relativas aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018:

Notas Explicativas

Controladora					
30/09/2019					31/12/2018
Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Fundos de investimentos (iv)	Total	Total
Ativos (Passivos):					
Disponibilidades e Títulos e valores mobiliários (a)	190	1.688	-	-	13.440
Contas a receber de emissores (b)	21.142.138	-	-	-	20.306.124
Obrigações por empréstimos (c)	(4.623.273)	(101.708)	-	-	(3.414.565)
Contas a receber com partes relacionadas (d)	-	119.513	831	50	19.457
Contas a pagar com partes relacionadas (e)	-	(100.046)	(183.115)	(11.122.155)	9.425.751

30/09/2019					30/09/2018
Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Fundos de investimentos (iv)	Total	Total
Receitas:					
Receitas de aplicações financeiras (a)	1.047	-	-	-	107.915
Receitas de prestação de outros serviços (f)	37.869	720	2.600	225	16.626
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	63.388	-	-	-	20.488
Despesas:					
Despesas financeiras (c)	(199.460)	(1.606)	-	-	(58.715)
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação (l)	(3.763)	-	-	-	(1.374)
Prestação de serviços de processamento da dados (h)	-	(13.400)	-	-	(3.041)
Outras despesas operacionais (i)	(32.423)	(215)	(5.217)	-	(157.978)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet e Aliança (j)	-	(239.472)	-	-	(54.370)

Consolidado					
30/09/2019					31/12/2018
Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Fundos de investimentos (iv)	Total	Total
Ativos (Passivos):					
Disponibilidades e Títulos e valores mobiliários (a)	11.840	-	-	-	76.576
Contas a receber de emissores (b)	21.142.138	-	-	-	20.306.124
Obrigações por empréstimos (c)	(4.623.273)	-	-	-	(3.414.565)

30/09/2019					30/09/2018
Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Fundos de investimentos (iv)	Total	Total
Receitas:					
Receitas de aplicações financeiras (a)	65.125	-	-	-	32.351
Receitas de prestação de outros serviços (f)	37.869	-	-	-	12.783
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	63.388	-	-	-	20.488
Despesas:					
Despesas financeiras (c)	(199.460)	-	-	-	(58.715)
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação (l)	(3.763)	-	-	-	(1.374)
Outras despesas operacionais (i)	(32.423)	-	-	-	(10.685)
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (k)	(20.713)	-	-	-	(6.667)

As partes relacionadas são compostas por: (i) Banco Bradesco e Banco do Brasil; (ii) Servinet, Multidisplay, Braspag, Cateno e Aliança; (iii) M4Produtos e Stelo; (iv) FIC, FIDC e FIDC Plus.

- Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujo prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- Os valores a receber de bancos emissores se referem aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados.
- Correspondem aos saldos referentes à emissão de Debêntures Privadas mantidos pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil e aos saldos referentes à emissão de Debêntures Públicas mantidos pela Cateno (vide nota explicativa 12), e emissões de CCB junto ao Bradesco.
- Corresponde, principalmente, a saldo de adiantamento para futuro aumento de capital na Aliança no valor total de R\$ 110.000, e ao saldo de dividendos a receber da empresa Multidisplay no valor de R\$ 8.685.
- Corresponde, principalmente, aos valores de transações de cartões de débito e crédito e de recargas de celulares capturadas pela Sociedade e que serão repassadas às controladas diretas (Braspag e Multidisplay), controlada indireta (Stelo) e FIDC Plus (carteira de antecipação de recebíveis).
- Correspondem a: (i) serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas; (ii) comissão sobre processamento de transações para a M4Produtos e Multidisplay; (iii) prestação de serviços financeiros, administrativos, compras, jurídico

Notas Explicativas

e serviços de RH, bem como rateio de gastos compartilhados para a Braspag, Cateno e Stelo; e (iv) serviços de cobrança e liquidação para o FIDC e FIDC Plus. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores e no mercado em geral.

- (g) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto aos bancos controladores, que sublocam os equipamentos para seus clientes.
- (h) Refere-se a serviços de processamento de dados, desenvolvimento e licenciamento de software prestados pela Braspag.
- (i) Corresponde a: (i) serviços contratados com bancos acionistas (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência privada); (ii) serviços de desenvolvimento de solução de captura móvel para a empresa M4Produtos e (iii) serviços de pré-processamento de transações para a empresa Braspag. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (j) Prestação de serviços pelas controladas Servinet e Aliança de prospecção de credenciamento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet e Aliança quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (k) Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.
- (l) Comissão de Afiliação, corresponde a despesa junto aos bancos parceiros a título de incentivo aos credenciamentos de novos clientes realizados nos pontos de venda dessas instituições no período.

Principais transações com partes relacionadas

Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores referem-se aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados.

Antecipação da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Sociedade detém contratos de antecipação de valores vincendos, referentes aos repasses que o banco emissor acionista deve fazer à Sociedade em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de antecipação são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta corrente são líquidos das taxas de antecipação, “*pro rata temporis*”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.

Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

Incentivos a bancos domicílio

A Sociedade firmou contratos com o Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. que visam incrementar o volume de transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Sociedade e cuja liquidação seja feita em contas correntes mantidas pelos estabelecimentos credenciados à Sociedade junto aos respectivos bancos. A partir da apuração mensal do volume de tais transações, a Sociedade destina um valor ao seu parceiro, como forma de incentivo.

Contrato para sistema antifraude

A Sociedade tem contrato com o Banco Bradesco S.A. e com o Banco do Brasil S.A. para disponibilização de acesso ao sistema antifraude para o monitoramento pelos bancos de transações realizadas com cartões por eles emitidos

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “*back office*” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles

Notas Explicativas

praticados com os demais parceiros terceiros.

Participação de Credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo

A Sociedade é participante dos Arranjos de Pagamento Elo, cujo instituidor é a Elo Serviços S.A. A Sociedade participa dos Arranjos Elo na qualidade de Credenciadora, o que inclui a prestação de serviços de credenciamento e manutenção de estabelecimentos comerciais, a participação do processamento e liquidação de transações realizadas com os instrumentos de pagamento dos Arranjos Elo e a licença de uso das marcas Elo, em conformidade com as especificações técnicas constantes dos seus manuais. A Sociedade remunera a Elo pela sua participação como credenciadora nos Arranjos Elo, sendo que as condições e preços da referida participação são semelhantes àqueles praticados com os demais credenciadores.

Em decorrência da participação da Cielo nos Arranjos de Pagamento Elo, a Cielo presta serviços de *big data* à Elo Serviços S.A., bem como mantém acordos para realização de campanhas de *marketing*, similar às relações comerciais mantidas com outros instituidores de arranjos de pagamentos.

Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.

Escrituração de ações da Sociedade

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Sociedade firmado com o Banco Bradesco S.A., no qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.

Serviços operacionais - Programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de ações e opções de ações e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Serviços de gestão de pagamentos

O Banco do Brasil celebrou contrato de prestação de serviços com a Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas. O contrato possui cláusula de remuneração de 0,01% sobre o volume financeiro total de transações realizadas sob gestão da Contratante.

Serviços de escrituração de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco S.A. consiste na prestação de serviços de escrituração de debêntures e banco mandatário.

Serviços de gestão de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco BBI S.A. consiste na prestação de serviços de coordenação e distribuição de notas promissórias e debêntures, sendo a última, nos termos da Instrução CVM nº 400.

Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. tem por objeto regular a prestação dos serviços de movimentação, custódia e liquidação financeira das operações realizadas com títulos públicos registrados na SELIC e com títulos privados registrados na CETIP.

Notas Explicativas

Serviços de representação junto à CIP

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. consiste na representação do banco junto à CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos, visando à prestação de serviços de liquidação das transações efetuadas com os cartões de crédito e/ou débito e prestação de serviços de emissões de STR's - Sistema de Transferência de Reservas.

Serviços de Prospecção de Estabelecimentos Comerciais

Contrato firmado com Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A. para que os bancos prestem serviços de prospecção de estabelecimentos comerciais para credenciamento pela Sociedade.

Gestão de Conta de Pagamento Pré-Pagos

Contrato firmado com Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. para emissão e gestão de meios de pagamento pré-pagos para estabelecimentos credenciados à Sociedade.

Concessão de Pontos Livelô

Contrato firmado com a Lida S.A. para concessão de pontos Livelô para participantes de campanhas de incentivo desenvolvidas pela Sociedade.

Contratos de Credenciamento

Contratos celebrados entre a Sociedade e suas Controladas Stelo, Braspag e M4 para que a Sociedade preste serviços de credenciamento, processamento e liquidação de transações.

Contratos bandeira Elo

Contratos celebrados entre a Sociedade e a bandeira Elo (Elo Serviços S.A.) para que a Sociedade preste serviços de processamento de transações e desenvolvimento de projetos. A sociedade também licencia o uso de plataforma à Elo.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “cash management”;
- Seguros contratados;
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar;
- Cartão de crédito corporativo;
- Serviço de pagamento a fornecedores;
- Serviços de viagens.

Notas Explicativas

28 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Sociedade, foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Sociedade. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	(58.155)	(110.837)	-	-
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	83.961	563.456	102.117	816.922
Aumento de capital com utilização de reservas	-	1.000.000	-	1.000.000
Benefício pós emprego	(5.556)	-	(5.556)	-
Dividendos mínimos propostos	(120.100)	(152.500)	(120.100)	(152.500)
Dividendos a receber de controlada direta	8.685	9.148	-	-

29 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2019, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil e executivos	270.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	255.555
Lucros cessantes	20.000
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	180.000
Transporte de equipamentos de captura de transações	2.500.000

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Sociedade. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado acima referida não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de outubro de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

João Paulo Dal Poz Alouche

CRC 1SP245785/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os Srs. membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais – ITR dos Auditores Independentes emitido pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, ambos referentes ao 3º trimestre de 2019, findo em 30 de setembro de 2019, a serem encaminhados ao Conselho de Administração para deliberação, por unanimidade, opinaram favoravelmente e sem ressalvas, concluindo que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia, estando em condição de serem apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre e ao período de 9 meses findos em 30 de setembro de 2019 ("ITR 3º Tri").

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais – ITR, sem ressalvas, referente ao 3º trimestre de 2019 (“ITR 3º Tri”), emitido pela KPMG Auditores Independentes.